

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL

“PARA PODER FAZER POR NÓS MESMOS”:
**um estudo sobre a produção independente de dados nas favelas do Rio de
Janeiro durante a pandemia da covid-19**

Rio de Janeiro

2024

TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL

**“PARA PODER FAZER POR NÓS MESMOS”:
um estudo sobre a produção independente de dados nas favelas do Rio de
Janeiro durante a pandemia da covid-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lalita Kraus

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus guias que iluminaram minha jornada até aqui.

Ao meu amigo Gustavo (*in memoriam*), gratidão por todo o carinho e por ter insistido para que eu me inscrevesse no curso de Gestão Pública, não estaria me graduando e esse trabalho não existiria se não fosse por você.

Agradeço também a minha mãe, meus tios e primos que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e dando forças.

À minha orientadora, Lalita Kraus, agradeço pelo acolhimento desde o meu primeiro período de graduação e por todos os ensinamentos. Mais do que isso, sou imensamente grata por ter confiado em mim e ter me mostrado que eu poderia seguir na carreira acadêmica. Muito obrigada por toda a sua generosidade, afeto e dedicação.

À minha amiga-irmã Aline, muito obrigada por me apoiar em tudo que eu faço e estar sempre ao meu lado.

Aos meus amigos de graduação, agradeço por tornarem a jornada mais leve.

À minha super amiga Carol, você foi um presente que o GPDES me deu! Muito obrigada por ter dividido as alegrias, mas também as angústias da graduação comigo.

Aos professores do GPDES e meus companheiros do Grupo de Pesquisa Rastro, muito obrigada pelas trocas e ensinamentos.

CIP - Catalogação na Publicação

M152p Maciel, Tainá Farias da Silva
Para poder fazer por nós mesmos : um estudo sobre a produção independente de dados nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da covid-19 / Tainá Farias da Silva Maciel. -- Rio de Janeiro, 2024.
86 f.

Orientadora: Lalita Kraus.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2024.

1. Produção independente de dados. 2. Ativismo de dados. 3. Participação cidadã. 4. Administração pública. 5. Planejamento urbano. I. Kraus, Lalita , orient. II. Título.

TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL


“PARA PODER FAZER POR NÓS MESMOS”:

um estudo sobre a produção independente de dados nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.


Apresentado em: 06/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LALITA KRAUS**
Data: 07/11/2024 13:00:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.^a Dra. Lalita Kraus

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**
Data: 19/11/2024 10:44:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Claudia Paiva Carvalho

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **GILBERTO VIEIRA DA CRUZ JUNIOR**
Data: 17/11/2024 19:16:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Gilberto Vieira da Cruz Junior

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Tudo, tudo, absolutamente tudo

Tudo que nós tem é isso, uns aos outros

Tudo que nós tem é uns aos outros, tudo

(Emicida)

RESUMO

O presente trabalho analisa a produção independente de dados realizada durante a pandemia de covid-19, quando iniciativas comunitárias mapearam e monitoraram casos de coronavírus em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, com caráter descritivo, busca refletir sobre as possibilidades de contribuição dos movimentos de ativismo de dados para a ampliação da participação popular no planejamento e gestão do espaço urbano. Ao longo da pesquisa foi possível observar que ao mapear e avaliar suas próprias realidades essas comunidades produziram contranarrativas capazes de gerar novos debates e dinâmicas sociopolíticas que tendem a fortalecer a participação cidadã nos processos deliberativos.

Palavras-chave: produção independente de dados; ativismo de dados; participação cidadã; gestão e planejamento urbano.

ABSTRACT

This study analyzes the independent data production carried out during the COVID-19 pandemic, when community-led initiatives mapped and monitored coronavirus cases in favelas across the metropolitan region of Rio de Janeiro. Adopting a qualitative, bibliographic, and documentary approach with a descriptive nature, the research reflects on how data activism movements could contribute to expanding public participation in urban planning and management. The findings suggest that by mapping and assessing their own realities, these communities produced counter-narratives capable of fostering new debates and socio-political dynamics that are likely to strengthen citizen participation in deliberative processes.

Keywords: independent data production; data activism; citizen participation; urban planning and management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Favela do Cantagalo no Google Maps.....	36
Figura 2 – Painel de Atualização de Coronavírus nas Favelas do Rio de Janeiro do Voz das Comunidades.....	48
Figura 3 – Gráfico dos tipos de erro de CEP por bairro.....	50
Figura 4 – Faixas espalhadas pelo Complexo do Alemão.....	51
Figura 5 – Painel Covid-19 na Rocinha.....	52
Figura 6 – Painel de Monitoramento Covid-19 Rocinha.....	53
Figura 7 – Painel em grafite no Complexo da Maré.....	54
Figura 8 – Boletim De Olho no Corona! (22/10/2020).....	56
Figura 9 – Painel dos Invisíveis.....	57
Figura 10 – Campanha de sanitização Santa Marta contra o Covid-19.....	59
Figura 11 – Resultados dos questionários do Alerta Santa Marta.....	61
Figura 12 – Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro.....	63

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
Alerj	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
ONU-Habitat	Assentamentos Humanos
A.M.I.G.A.S	Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras e Articuladoras Sociais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
Ceasm	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEPs	Códigos de Endereçamento Postal
ComCat	Comunidades Catalisadoras
IplanRio	Empresa Municipal de Informática
ESRI	Environmental Systems Research Institute, Inc.
ENCE	Escola Nacional de Ciências e Estatísticas
EUA	Estados Unidos da América
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GCD	Geração Cidadã de Dados
IPEA	Instituto Avançado de Pesquisas Aplicadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

LeB	Laboratório de Estudos do Borel
MRP	Mapa Rápido Participativo
OMS	Organização Mundial da Saúde
PM-RJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PUF	Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CONTANDO “UMA PANDEMIA DENTRO DA PANDEMIA”	12
2 DADOS: INSTRUMENTOS DE PODER E RESISTÊNCIA.....	18
2.1 Instrumentos de prova e de governo.....	20
2.1.1 De fora para dentro: como as favelas começaram a ser contadas oficialmente.....	23
2.1.1.1 Nem tão fora, nem tão dentro: a favela como campo de estudo.....	28
2.1.2 Entre opacidades e luminosidades: o “pertencer sem pertencer” das favelas..	30
2.2 Instrumentos de resistência.....	37
2.2.1 De dentro para fora: a produção de dados como categoria de luta das favelas.....	41
3 NA PANDEMIA A FAVELA SE CONTA E RECONTA.....	46
3.1 As primeiras iniciativas de mapeamento da covid na favela: uma sevirologia.....	47
3.1.1 Painel Vozes das Comunidades - Complexo do Alemão.....	47
3.1.2 Painel Fala Roça - Rocinha.....	51
3.1.3 Maré Diz Não ao Coronavírus - Complexo da Maré.....	54
3.1.4 Alerta Santa Marta e Coronazap Borel.....	58
3.2 Uma rede de solidariedade: o painel unificador da covid-19.....	62
3.2.1. A metodologia do painel.....	65
3.3 A rede de solidariedade e ativismo transcende a pandemia.....	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO: CONTANDO “UMA PANDEMIA DENTRO DA PANDEMIA”¹

Num país que é tão desigual quanto o Brasil, ele produz desigualdades dentro das desigualdades... Então a partir de cada classe social, cor, raça, gênero, as pessoas passaram a ter pandemias próprias.

— Tatiana Lima (#DadosSalvamVidas, 2020)

Quando os primeiros casos de Covid-19 foram confirmados no Brasil, a concepção geral era baseada na perspectiva epidemiológica de que o vírus SARS-CoV-2, que já se alastrava com rapidez pelo mundo, seria uma “doença democrática” — todos estariam suscetíveis a ela independente de distinções de classe, raça, gênero, religião, orientação sexual, etc. No entanto, os primeiros meses da pandemia já evidenciavam que a progressão do coronavírus no país era atravessada por fatores socioeconômicos, culturais, territoriais, ambientais e políticos que dificultavam, e até mesmo inviabilizavam, que determinados grupos sociais pudessem adotar medidas básicas de prevenção contra a doença.

Em um momento em que não havia previsão de vacinas, a orientação de especialistas era a adoção de protocolos e práticas que poderiam reduzir o risco de contágio, como o isolamento social, o uso de máscaras de proteção respiratória, manter os ambientes arejados e desinfetados e higienizar as mãos com frequência. Acontece que essas condutas aparentemente simples se colocavam como um desafio para milhões de brasileiros que vivem em habitações precárias com cômodos sem circulação de ar, com pouca iluminação, e que se encontram em áreas com dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais como abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgoto. Soma-se a isto o fato de que a recomendação técnica de ficar em casa era uma medida pouco cabível para a realidade das classes mais pobres que ocupam postos de trabalho que não permitiam a possibilidade de trabalho remoto. O recurso do autoconfinamento, ou mesmo as medidas mais restritivas de bloqueio total (*lockdown*)², adotado por

¹ Expressão proferida pela repórter e gerenciadora de redes do RioOnWatch Tatiana Lima no vídeo de apresentação do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (#DadosSalvamVidas, 2020).

² O bloqueio total (*lockdown*) se enquadra no nível de risco extremo, uma medida que restringe ao máximo a circulação e contato entre pessoas de modo que a população somente é autorizada a sair de casa para serviços essenciais, com limite de acesso e tempo de uso. O Ministério da Saúde brasileiro classifica o distanciamento social em três tipos: Distanciamento Social Seletivo (DSS) onde

gestores públicos para reduzir os fluxos de deslocamento em seus municípios, deixaram de fora uma série de prestadores de serviços e trabalhadores informais que precisaram se expor ao risco de contrair o coronavírus para garantir suas subsistências — esse era o caso de entregadores de aplicativo, motoristas de ônibus, vendedores ambulantes, camelôs, caixas de supermercados, profissionais da limpeza urbana, entre outros que estiveram na linha de frente mantendo as engrenagens dos planos de distanciamento e isolamento social em funcionamento.

Assim sendo, a crise sanitária da covid-19 não apenas escancarou como agudizou as vulnerabilidades dos que vivem às margens. As desigualdades estruturais históricas que se impõem sobre as condições de vida e moradia dessa população, como a precarização das relações de trabalho e renda; os déficits em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos; os problemas de habitação; e as dificuldades de acesso às redes públicas de saúde, foram intensificados por uma doença que funcionou, “acima de tudo, como um espelho [...] como uma forma de captura do retrato do que somos” (Flauzina; Pires, 2020, p. 88).

Em termos espaciais, a pandemia do coronavírus no Brasil afetou de forma expressiva regiões periféricas, em especial as favelas, que já experienciavam um quadro histórico de descaso estatal (Magalhães, 2019; Carril, 2006; Valladares, 2005; Zaluar, 1997). Como supracitado, a decisão de priorizar estratégias que ignoravam as desigualdades socioespaciais existentes resultou em um número proporcionalmente maior de óbitos nessas áreas que se tornaram epicentros da doença no país. No Rio de Janeiro, cidade com a maior proporção de moradores vivendo em favelas, a taxa de letalidade nos bairros com alta e altíssima concentração de favelas chegou a ser o dobro da letalidade dos bairros sem favelas, sendo maior até do que a taxa do próprio município (Angelo; Leandro; Perissé, 2020). Em menos de dois meses de confirmação da pandemia, essas comunidades somaram mais mortes por covid-19 do que 162 países (Thuswohl, 2021).

Esse resultado alarmante reflete o que o sociólogo Pierre Bourdieu (2008) chamou de efeitos do lugar, isto é, a espacialização das hierarquias sociais impostas por um sistema-mundo capitalista/colonial/patriarcal/moderno que se manifesta no espaço através da distribuição — na qual o Estado desempenha papel importante —

apenas alguns grupos, como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, ficam isolados; Distanciamento Social Ampliado (DSS) que restringe ao máximo o contato entre pessoas; e o Bloqueio Total (*lockdown*) que é o nível mais alto de segurança (Brasil, 2020).

dos agentes e dos bens físicos e simbólicos. A alta letalidade nos bairros com maior concentração de favelas no Rio de Janeiro evidencia o quanto que a (re)produção desigual do espaço urbano interferiu no processo saúde-doença da covid-19. A oferta e qualidade desproporcional de bens e serviços, como acesso a leitos de hospitais, medicamentos, assistência médica e social, e principalmente, o acesso à testagem rápida fez com que morar na favela fosse um fator de risco para o agravamento da doença. Um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por exemplo, identificou que o acesso baixo e desigual aos testes para detecção da doença influenciou significativamente nas mortes por covid nas favelas do Rio de Janeiro (Angelo; Leandro; Perissé, 2020).

A testagem em massa da população para a detecção da covid-19 foi indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das estratégias mais efetivas para o monitoramento e controle do coronavírus. “O aumento dos casos é o indicador mais sensível, muitas vezes o prenúncio do aumento de outros indicadores, como hospitalizações, taxa de ocupação de leitos e óbitos” (Fiocruz, 2021, p. 12), por isso se colocava como uma ferramenta essencial para que gestores públicos pudessem identificar as zonas com maiores números de pessoas contaminadas e direcionar esforços de prevenção, contenção e conscientização da população sobre o contágio da doença. Além disso, os testes possibilitariam um maior conhecimento a respeito dos dados sociodemográficos dos indivíduos acometidos, o que auxiliaria na implementação de políticas públicas de cuidado e assistência mais eficazes (Caponi, 2020). No entanto, houve uma baixa adesão ao recurso por parte das autoridades governamentais brasileiras, o que prejudicou a contabilização real do número de casos e, conseqüentemente, o direcionamento de ações adequadas para os territórios mais afetados (Bernardes, 2023; Junqueira, 2022; Alegretti, 2021; Mattos, 2020).

Cabe aqui destacar que a trajetória da covid-19 no Brasil foi marcada por uma política de “apagão de dados” que afetou a gestão da informação sobre a pandemia como um todo. Essa situação ocorreu, em grande medida, pela adoção do governo federal de um discurso negacionista que não apenas disseminou desinformação (Cesarino; Silva, 2023) — a exemplo das ocasiões em que o então presidente Jair

Bolsonaro disse que a pandemia era uma “fantasia”³, “só uma gripezinha”⁴ —, como também omitiu e manipulou informações cruciais para o monitoramento e combate à doença, o que causou um intenso descompasso entre os entes federativos na coordenação da crise sanitária (ABRUCIO *et al.*, 2020). Sob orientações do governo central, o Ministério da Saúde deixou de informar com regularidade o total de contaminados e de mortes, chegou a excluir dados do boletim epidemiológico disponibilizados na plataforma oficial e ainda acusou estados e municípios de mentirem sobre o número de vítimas (Novaes, 2020; Rodrigues, 2020a; Garcia; Gomes; Viana, 2020). A postura letárgica e a falta de transparência na divulgação dos dados dificultou a realização de uma ampla campanha de informação que se dirigisse aos grupos sociais mais vulneráveis como os moradores de favelas, trabalhadores informais, população em situação de rua, ribeirinhos, indígenas e quilombolas (CEBES *et al.*, 2020).

Diante desse cenário de violações e negações de direitos, moradores, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil começaram a mobilizar uma série de ações coletivas para controlar o contágio, mitigar os danos da pandemia e, principalmente, assegurar a preservação da vida nos territórios favelados e periféricos do Brasil. Entre iniciativas de distribuição de cestas básicas e refeições, projetos de telemedicina, cadastro de famílias de baixa renda e mutirões de limpeza e sanitização de ruas, começou a se destacar um movimento de coleta e divulgação de dados que buscou combater a desinformação, questionar as subnotificações de casos nas localidades e, principalmente, pressionar o poder público para que adotasse medidas concretas e imediatas para proteger a população.

Com o auxílio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), grupos mapearam e divulgaram de forma autônoma a situação sanitária em suas comunidades. Desde ações pontuais e menos institucionalizadas até à formação de gabinetes de crise, os projetos demonstraram a potencialidade do ativismo de dados como forma de articulação e resistência social. Nas favelas do Rio de Janeiro, grupos utilizaram as redes de apoio e associativismo pré-existentes para articular de

³ Durante um discurso em março de 2020, Jair Bolsonaro minimizou a questão do coronavírus ao declarar que “se tratava muito mais de uma fantasia”. Para mais informações, ver Sanches (2020).

⁴ A expressão foi proferida publicamente por Jair Bolsonaro em pronunciamento em rede nacional de televisão. Para mais informações, ver Bolsonaro [...] (2020).

forma rápida soluções que pudessem visibilizar o que de fato estava acontecendo em suas realidades. Por meio do movimento de “fazer por nós mesmos”⁵, que evidencia a negligência estatal, surgiu uma rede comunitária que mapeou e monitorou os casos de covid-19 em um conjunto de mais de 220 favelas da capital e de alguns municípios da região metropolitana.

A iniciativa, nomeada Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas (PUF), desenvolveu uma metodologia participativa que contribuiu para uma maior identificação de casos de subnotificação, para a ampliação de ações assistenciais e para iluminar o problema público da falta de formulação e territorialização de políticas públicas emergenciais específicas para a realidade das favelas. Nesse processo, as ações coletivas de mapeamento e monitoramento de informações transcenderam ao contexto da pandemia mostrando as potências do uso dos dados na construção de contranarrativas que permitem disputar uma realidade sobre esses territórios, bem como reivindicar outras formas de participação democrática e produção do comum. Conforme dialoga Menezes, Magalhães e Silva (2021, p. 118):

Ao fazer ver a pandemia nas favelas, os painéis também parecem fazer ver as próprias favelas, em sua dimensão fenomenológica, como uma forma urbana específica na qual se atualizam determinadas questões da cidade, suas dinâmicas de segregação, bem como as lutas e potências tecidas cotidianamente nessas localidades. Nesse sentido, buscam operar um deslocamento prático-discursivo do modo como costumam aparecer aos aparatos midiáticos e estatais ao torcerem os enquadramentos que as constituem quase sempre a partir de signos negativos, cujos efeitos costumam se resumir ou a práticas violentas de controle ou à precariedade no fornecimento de serviços públicos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar algumas experiências de produção e monitoramento de dados nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da covid-19, na intenção de refletir sobre as possibilidades de contribuição desse movimento ativista, que procura contar e recontar seus territórios de forma independente, para a ampliação do protagonismo popular no planejamento e gestão do espaço urbano.

Metodologicamente este trabalho caracteriza-se enquanto uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter descritivo, que se apoiou na análise de documentos oficiais, bases cartográficas, relatórios, textos impressos e digitais, tabelas estatísticas, materiais audiovisuais (filmes, vídeos e podcasts), entre outros, que estão disponíveis para consulta pública. A seleção das iniciativas de

⁵ Expressão proferida por Douglas Heliodoro no vídeo de apresentação do Painel Covid-19 nas Favelas. Para mais informações, ver: #DadosSalvamVidas, 2020.

mapeamento e monitoramento analisadas se deu como apontado por algumas literaturas, a saber: Menezes, Magalhães e Silva (2021); Fleury; Menezes e Magalhães (2021); Gracie e colegas (2021) e Maciel e Gonçalves (2021), por conta da importância que cada uma delas possuiu durante o momento de emergência sanitária. Destaca-se que no intuito de auxiliar nas reflexões em torno do tema, realizou-se em paralelo uma revisão de literatura a respeito da relevância dos dados estatísticos para a elaboração de políticas públicas e um breve levantamento histórico da produção de dados sobre e nas favelas.

Este trabalho se apresenta dividido em quatro capítulos, sendo esta introdução o primeiro. O capítulo dois aborda a importância dos dados estatísticos para o planejamento e a gestão das cidades e como esses dados se tornaram agentes de prova e de governo (Desrosières, 2013) que produzem a construção e o apagamento de determinadas realidades. Ainda neste capítulo traçou-se um panorama histórico da produção de dados sobre as favelas do Rio de Janeiro, para demonstrar como que o processo de produção governamental de dados sobre as favelas contribuiu para a criação de um imaginário social pejorativo e reducionista. Em contrapartida, procurou-se demonstrar como que por serem instrumentos de poder, a produção de dados também é uma ferramenta de resistência. O terceiro capítulo descreve o percurso de luta da população favelada para resolver o cenário de escassez intensificado pela pandemia e como que a partir das trocas de saberes e afeto entre iniciativas de apoio assistencial surgiu uma rede de solidariedade que influenciou a criação do Painel Unificador da Covid-19 nas favelas. Por fim, nas considerações finais argumenta-se sobre a importância das estratégias comunitárias de produção e monitoramento de dados para criar tensões produtivas que desafiem os poderes hegemônicos e auxiliem na ampliação da participação cidadã nos processos deliberativos.

2 DADOS: INSTRUMENTOS DE PODER E RESISTÊNCIA

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível.

— Michael Foucault (1995, p. 248)

Informações estatísticas são ferramentas essenciais para o planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas (Ignácio, 2010; Ferreira, 2003). A coleta, organização, processamento e interpretação de um determinado conjunto de dados permite a identificação de padrões e tendências que podem auxiliar na tomada de decisões governamentais a partir, por exemplo, da identificação de demandas por bens e serviços públicos e na construção e mapeamento de indicadores como índices de inflação, taxa de emprego e desemprego, nível de pobreza, evasão escolar, entre outros. Mais do que isso, as estatísticas podem ser úteis em diferentes áreas do conhecimento, como na construção de modelagens comportamentais para o mercado financeiro, no controle da produção de uma indústria siderúrgica ou na comprovação da eficácia de um novo medicamento farmacêutico. Em síntese, as estatísticas estão sendo cada vez mais utilizadas por atores públicos e privados como um recurso para evitar ou reduzir as margens de erro, os riscos, ameaças e condições latentes, a partir da consideração de um certo nível de confiança que permita lidar com as incertezas e as variabilidades do cotidiano (Silva, 2018).

Hoje, a utilização da estatística está disseminada nas universidades, nas empresas privadas e públicas. Gráficos e tabelas são apresentados na exposição de resultados das empresas. Dados numéricos são usados para aprimorar e aumentar a produção. Censos demográficos auxiliam o governo a entender melhor sua população e organizar seus gastos com saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, entre outros. Com a velocidade da informação, a estatística passou a ser uma ferramenta essencial na produção e disseminação do conhecimento. O grau de importância atribuído a ela é tão grande que praticamente todos os governos possuem organismos oficiais destinados à realização de estudos estatísticos. (Ignácio, 2010, p. 177).

Assim sendo, em tempos de crise como na pandemia da covid-19, os métodos e ferramentas estatísticas se tornam ainda mais necessários, se colocando como um elemento central para que seja possível traçar planos e ações emergenciais a fim de evitar o agravamento das adversidades. Coincidentemente, são nesses momentos de instabilidade que se observa a indispensabilidade do Estado enquanto o agente regulador capaz de enfrentar e coordenar respostas abrangentes para os problemas de ordens múltiplas que surgem, garantindo o bem estar e a segurança da população (Mazzucato, 2014; Cobo; Neto; Simões, 2020; Papi; Gomide; Lotta, 2024). Ao longo dos séculos, os Estados-nação foram desenvolvendo um conjunto de mecanismos, de saberes políticos e científicos, que possibilitaram a gestão do território e da população (Foucault, 2008). Nesse contexto, as estatísticas foram se consolidando enquanto uma tecnologia de governo capaz de fornecer dados sobre as generalidades e individualidades, identificando, em especial, as zonas problemáticas que precisavam ser superadas ou, até mesmo, erradicadas.

No entanto, com o passar do tempo, estudos começaram a chamar a atenção para o fato de que números, índices, indicadores, taxas, entre outros elementos estatísticos, extrapolaram o sentido de medição para o qual foram criados, transformando-se em ferramentas de poder e autoridade que produzem normatividades que podem vir a oprimir certas realidades (Didier; Bruno, 2021; Motta, 2019; Desrosières, 2013; Foucault, 2008; 2005). “Afim, a conversão de qualidades em quantidades cria novas coisas e novos nomes, tornando certas identidades mais reais do que outras” (Camargo; Lima; Hirata, 2021, p. 23). Dessa forma, ao mesmo tempo em que quantificam cenários que auxiliam na gestão governamental, as estatísticas interferem na forma como o real é percebido e interpretado, construindo narrativas que podem servir tanto como dispositivos de dominação e violência quanto instrumentos de luta e reivindicação (Didier; Bruno, 2021; Camargo; Daniel, 2021; Camargo; Lima; Hirata, 2021). Como apresenta o estatístico, sociólogo e historiador, Alain Desrosières (1993, p. 398 *apud* Camargo; Lima; Hirata, 2021, p. 45): “a estatística deve ser compreendida, ao *mesmo tempo*, com base em dois registros de linguagem sobre a realidade, um realista (objetivista) e outro relativista (construtivista) – ou seja, como sendo simultaneamente convencional e real”.

Diante do exposto, este capítulo apresenta alguns dos debates acerca da performatividade dos elementos quantitativos no intuito de demonstrar como existem opacidades e ausências por detrás dos “números públicos” (Porter, 1995) e como isso impacta a promoção da cidadania em territórios favelados. Em seguida, apresenta-se como que a produção de dados também se coloca como um meio para que grupos da sociedade civil exponham essas invisibilizações, ao reivindicar por meio deles a consideração de suas realidades.

2.1 Instrumentos de prova e de governo

Em sua obra “*Pour une histoire de la statistique*”, Alain Desrosières (2013) traça um percurso histórico para demonstrar como o argumento estatístico foi construído ao longo dos séculos para atender aos interesses do Estado e da ciência. Construída como representação de objetividade, rigor e imparcialidade, as estatísticas atuam desde o século XVII, momento em que surgem as primeiras preocupações com a gestão das populações, como instrumento de governo e desde o século XIX, com o desenvolvimento da matemática estatística e da sua associação com o cálculo de probabilidade, como instrumento de prova. Assim sendo, no processo de coleta, agregação e análise de dados, censos, mapas, cartogramas, indicadores, entre outros elementos de quantificação, foram se tornando uma referência quase indiscutível, com poder de legitimar ações — e inações — de determinadas instituições, bem como estigmatizar e marginalizar diversos grupos sociais.

Michel Foucault (2005), em suas reflexões sobre o nascimento do racismo de Estado, argumenta que as preocupações com os problemas da cidade, ao final do século XVIII, contribuíram para o surgimento de dispositivos biopolíticos, que pudessem lidar com os fenômenos coletivos, controlando — e às vezes modificando — a probabilidade dessas manifestações através de regulamentação e disciplina. Esses mecanismos se deram, sobretudo, através de previsões estatísticas e medições que iriam influenciar, por meio da construção de normas e padrões, comportamentos e crenças individuais e coletivas. Em sua explanação Foucault (*ibid.*, p. 302) apresenta que “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”, ela é o

resultado de um saber-poder dualista que definia o que era bom e o que era ruim, o que era certo e o que era errado, quem deveria viver e quem deveria morrer. A partir da performatização de uma verdade, neutra e objetiva, os dados estatísticos concederam — e ainda concedem —, a autoridade para que determinados territórios e populações tenham seus direitos e existência negados. É por meio desse biopoder, dessa gestão sobre a vida, que o racismo, por exemplo, se estabeleceu enquanto um mecanismo de Estado.

A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo [...] é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: *o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.* (Foucault, 2005, p. 306, grifo nosso).

Trabalhos como o de Nikolas Rose (1996) iram corroborar posteriormente com esse argumento ao demonstrarem que o desenvolvimento das ciências estatísticas possibilitaram a identificação de padrões de normalidades e desvios que serviriam de base para movimentos eugenistas do século XIX e XX. Normas e valores estatísticos passaram a ser associados a conceitos patológicos e psicológicos que classificavam, segregavam e, em muitos casos, levavam à morte milhares de indivíduos (Camargo; Daniel, 2021; Hacking, 1990). Outros estudos, como o de Anderson (1988), Loveman (2014) e Camargo (2016), demonstraram que dispositivos estatísticos como os censos demográficos foram utilizados pelo Estado e por elites intelectuais como uma forma de excluir a participação política de grupos minoritários por meio da construção e legitimação de uma identidade nacional que não os abrangia.

Deslocando o olhar para a instrumentalização das dimensões espaciais e visuais, teóricos do campo da geografia, ciências sociais e filosofia evidenciaram o papel dos mapas como uma ferramenta de poder e legitimação de elites políticas, econômicas, intelectuais e religiosas (Harvey, 2009; Lacoste, 1988; Arango, 2007). Enquanto instrumento da cartografia, eles são representações gráficas que buscam reproduzir a realidade do espaço geográfico de modo a facilitar uma compreensão do mundo (Almeida, 2004; Harley, 1987). No entanto, além de sistematizar informações, “eles contribuem para criar mitos que ajudam a manter o *status quo*

territorial” (Harley, 2009, p. 5). Assim sendo, como forma de saber socialmente construída, os mapas podem mostrar ou apagar realidades de acordo com interesses que o cercam, sendo isentos de neutralidade (Curtis, 2002; Gomes, 2004; Girardi, 2011, Martinelli, 2016). De acordo com Christian Jacob (1998, p. 213-214 *apud* Gomes, 2004, p. 67):

[...] o mapa tornou-se um objeto opaco, que retém o olhar sobre ele mesmo. O mapa entrou na era da suspeita. Ele perdeu sua inocência. Não se pode mais, atualmente, considerar a história da cartografia sem uma dimensão antropológica, atenta à especificidade dos contextos culturais, e teórica, que reflita sobre a sua natureza de objeto e os seus poderes intelectuais e imaginários.

Em diálogo, Turchi (2004) afirma que os mapas revelam mais pelas suas ausências, por aquilo que excluem, do que pelo que incluem. Já Tiago Oliveira (2014, p. 166) ressalta que os mapas devem ser pensados “como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais”. Nessa perspectiva, Santos (2012, p. 9, grifo nosso) defende que:

Enquanto processo de construção de saber engendrado em jogos de relações sociais (e, não há cartografia fora das relações sociais, portanto, toda cartografia é, a priori, “social”), **o próprio processo cartográfico é em si relação de poder, entre quem cartografa e quem é cartografado (ou, invisibilizado no objeto cartográfico)**. Esta relação de poder pode ser lida em diferentes “planos”: entre o técnico e a população; entre a instituição (Estado, ONG, consultoria) e o grupo; entre os setores (econômicos, políticos, sociais hegemônicos) a quem interessa a produção cartográfica para implementação de seus projetos para o território e os grupos subalternizados; enfim, num processo de mapeamento há diversos jogos, disputas e relações de poder envolvidos.

Dessa forma, entende-se que para além da produção de conhecimento, os mapas atuam como uma forma simbólica de expressar a visão de mundo de determinados sujeitos, de modo a garantir que seus interesses se estabeleçam como verdade (Mascarello; Santos; Barbosa, 2018). A questão é que por muito tempo essas ferramentas cartográficas atuaram apenas em função dos poderes hegemônicos, variando entre “a construção de um Império mundial à manutenção do Estado-nação e à afirmação local dos direitos de propriedade individuais” (Harley, 2009, p. 5). Como ressalta Name e Nacif (2013), o levantamento de dados sobre regiões, cidades e bairros, o que inclui a expressiva produção de mapas, acionaram saberes técnicos e práticas que classificaram e representaram de forma simplista certas realidades. Esse reducionismo serviu para a disseminação de modelos e

padrões urbanísticos dotados de viés moralizante e preconceituoso que serviram para o controle e segregação social do espaço urbano (Feldman, 2005; Barone, 2018, Mancuso, 1980).

Em relação a isso, Françoise Choay (1992) lembra que o urbanismo, enquanto campo de conhecimento, surge sob um prisma de racionalidade, eficácia e despolitização que não se cumpre, pois por trás do discurso centrado em um ordenamento técnico e estético vigora uma série de tendências e sistemas de valores. Ferreira (2009), por outro lado, ressalta que “as formas de urbanização são, antes de tudo, formas da divisão social e territorial do trabalho”.

Criam-se assim as situações através das quais desejos, expectativas, inteligibilidades e vontades de transformação urbana e social, sempre díspares, se encontram e se chocam, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação: do saber leigo em relação ao saber técnico e acadêmico, da vontade comunitária ou individual em relação ao poder institucionalizado, dos grupos marginais em relação aos grupos mais hegemônicos. (Name; Nacif, 2013, s.p.)

No que tange aos territórios favelados, estudos pós-coloniais começaram a problematizar os múltiplos processos simbólicos de exclusão e marginalização que recaiam sobre essas organizações espaciais e seus habitantes a partir das ausências ou distorções em suas representações oficiais. Na visão dos pesquisadores, a falta de informações consistentes e atualizadas sobre as favelas nos sistemas de informação e nas cartográficas estatais faz parte de uma estratégia para ausentar o poder público de cumprir com suas obrigações nesses locais (Gevaert *et al.*, 2018; Maricato, 2002), o que por sua vez explicita uma gestão necropolítica (Mbembe, 2018) dos espaços de favela. A iluminação dessas violências destacou, sobretudo, como a imposição de uma visão racionalista de cidade, alicerçada por um saber técnico-científico focado na regulação da forma e das atividades urbanas, foi apropriada pelo Estado para atribuir às favelas um status de ilegalidade e informalidade que vigora — ora em maior, ora menor grau — até os dias atuais (Motta, 2019; Gevaert *et al.*, 2018; Maricato, 2002; Valladares, 2005; Rolnik, 1999).

2.1.1 De fora para dentro: como as favelas começaram a ser contadas oficialmente

O fenômeno da favelização se origina em diálogo com os processos de transformações sociais, políticas e econômicas do Estado brasileiro, que ao final do

século XIX extinguiu a escravidão (1888) e proclamava a República (1889). Apesar de algumas diferenças de perspectivas, é consenso entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema que a favela tem a sua gênese ligada à incapacidade do governo em suprir as demandas por moradia popular (Mattos, 2004; Valladares, 2005; Abreu, 1994). Nessa linha, Abreu (1994) destaca dois fenômenos que afetaram especialmente a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país: a crise habitacional e as crises de adensamento oriundas da campanha militar de Canudos e da Revolta da Armada. Nesse período o governo implementou uma política higienista de modernização da cidade que consistiu na demolição de habitações populares — cortiços, estalagens, vilas, etc. — que eram vistas como uma ameaça à ordem social e moral urbana, “antro da vagabundagem e do crime [...] lugar propício às epidemias [...] propagador da doença e do vício” (Valladares, 2005, p. 24). Com as remoções, a população desabrigada começou a construir casebres aos pés do Morro da Favela (atual Providência), local próximo de onde anteriormente se situava o maior cortiço carioca, o Cabeça de Porco. Paralelo a isto havia a dificuldade para acomodar soldados de baixa patente que atuaram na Revolta da Armada e que retornavam das campanhas militares no Sertão da Bahia.

Entre 1893 e 1894, soldados que combateram a Revolta da Armada obtiveram licença do governo para morar no Morro de Santo Antônio, no Centro. Começava assim a história das favelas no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, em 1897, soldados retornados da Guerra de Canudos instalaram-se no já habitado Morro da Providência. No beligerante arraial baiano, a tropa do governo ficara na região de um morro chamado Favela, sendo esse o nome de uma planta resistente, que causava irritação no contato com a pele humana. Por abrigar pessoas que haviam tomado parte naquele conflito, o Morro da Providência foi popularmente batizado de Morro da Favela. O apelido pegou, e na década de 1920 as colinas tomadas por barracões e casebres passaram a ser conhecidas como favelas. (Mattos, 2004)

Embora as ocupações iniciais dos morros tenham sido de militares, eles se tornaram rapidamente minoria nesses espaços (Abreu, 1994). As reformas urbanísticas do Prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1903 e 1906, impôs uma nova onda de expulsão da população pobre que passou a residir nessas áreas. Inspirado no plano de remodelação de Paris — que comandado por Haussmann, cristalizou uma imagem de metrópole (Pesavento, 2002) ao transformar Paris em uma cidade “nova, higiênica e racional” (Bois, 2008, p. 12) —, o projeto de modernização do Rio de Janeiro, apelidado popularmente de “bota-abaixo”, desalojou um grande número de habitantes da região central da cidade. No entanto,

enquanto as novas e rigorosas normas urbanísticas para viabilizar o novo traçado urbano fez com que a população de classe média se deslocasse para o subúrbio, os mais pobres foram condicionados a se manter próximo aos locais de trabalho, adensando o contingente populacional das favelas que começavam a se expandir para a zona sul da cidade (Ferreira, 2009).

O crescimento das favelas não foi acompanhado por um planejamento urbanístico e de infraestrutura, pelo contrário, as favelas eram invisíveis aos olhos do Estado e quando mereceram sua atenção foi para a repressão, que ocorreu através de uma série de remoções. Conforme destaca a antropóloga Lícia Valladares (2005), apesar da favela se consolidar de fato enquanto categoria social apenas na segunda metade do século XX, a sua representação e de seus moradores foi moldada no imaginário coletivo a partir da sua transformação em um problema social e urbano. Interpretações e olhares especializados de jornalistas, médicos, engenheiros e urbanistas consolidaram uma mitologia, a partir de um ideal racional moderno de cidade, que deu à favela e seu microcosmo o status de grande responsável pelos males que afligiam a cidade.

O primeiro registro oficial sobre as favelas ocorreu pelo olhar do engenheiro civil Everardo Backheuser que ao realizar um parecer técnico sobre o problema das habitações populares, incluiu as favelas na categoria das moradias insalubres e desordenadas que deveriam ser extirpadas do espaço urbano por ameaçar a saúde, a ordem e a moral pública. De acordo com Valladares (2005, p. 41), “Dentro dessa lógica particular, as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto de cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência ‘natural’”. No entanto, o “problema” da favela, assim como o dos cortiços e demais habitações populares, era sobretudo, um “problema” racial. Descrições da época recorriam à um suposto argumento científico repleto de vieses e à teorias higienistas para demonstrar o quanto era necessário eliminar esses “territórios sem lei”, de uma “ralé de cor preta”, “símbolos de atraso”, a fim de garantir a civilidade, a modernidade e o progresso da então capital do país (Abreu, 1994, p. 40).

Nesse contexto, “O conhecimento estava submetido a uma finalidade prática: conhecer para denunciar e agir, conhecer para propor soluções, para melhor administrar e gerir a pobreza e seus personagens; e a ciência se pôs a serviço da racionalidade, da ordem urbana e da saúde da população de suas cidades”. (Valladares, 2005, p. 34).

Apesar dos primeiros diagnósticos sobre as favelas terem sido fundamentais para consolidar um imaginário de representações sociais, eles careciam de informações concretas que de fato especificassem sobre as suas realidades. Isso justifica o porquê de até os anos 1930 a favela estar ausente das estatísticas e mapas da cidade, existindo de fato mas não de jure (Abreu, 1994). Tal cenário começou a se modificar quando o projeto populista autoritário de Getúlio Vargas passou a enxergar a favela enquanto um problema que precisava ser administrado e controlado. Para tanto, seria primordial seu dimensionamento através de instrumentos de classificação, medição e quantificação (Valladares, 2005).

Os estudos mais sistemáticos sobre as favelas tiveram início com relatórios e trabalhos pontuais, porém em 1937 foi aprovado pela prefeitura da cidade um novo Código de Obras que trouxe, pela primeira vez, uma definição jurídica sobre as favelas. O regulamento urbanístico se desenvolveu no contexto de elaboração do primeiro plano de ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, que fixou um status de ilegalidade as favelas ao estabelecer em seu capítulo XV “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, que as favelas eram “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados” (Prefeitura do Distrito Federal, 1937, art. 349, p. 47). Segundo autores como Fischer (2006), Gonçalves (2013) e Oliveira (2014) essa demarcação de ilicitude para a categoria favela autorizou a implementação de uma política pública pautada no extermínio, que restringiu a cidadania dos habitantes dessas ocupações urbanas, bem como aferiu suas posições como transitórias, como não pertencentes à cidade formal. Nas palavras de Ferraz (2016, p. 42):

Esse histórico de relação clientelista do Estado com o favelado, reforçado pelo Código de Obras de 1937, fez com que progressivamente se consolidasse um status jurídico e político das favelas como toleradas, e não como completamente aceitas e consolidadas. Esse vazio jurídico da favela constitui uma fronteira simbólica e institucional que define esses territórios urbanos ao mesmo tempo como marginais e estruturantes da cidade.

No final dos anos 1940 ganharam relevância outras produções realizadas por organismos oficiais como a Fundação Leão XIII e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Abreu (1994, p. 34-35), o governo municipal do Rio de Janeiro deu início a uma série de levantamentos sistemáticos de favelas que cadastrou os moradores para transferi-los das áreas mais valorizadas para os

Parques Proletários Provisórios⁶, a fim de “resolver problemas de higienização” que consistiam no desmonte das favelas. Posteriormente, preocupado com a expressividade do Partido Comunista nas áreas faveladas durante as eleições de 1947, o governo municipal deu início ao primeiro recenseamento de favelas do Brasil.

[...] de qualidade reconhecidamente deficiente, mas que indicou a existência no Rio, naquela ocasião, de 119 favelas, 70.605 casebres e 283.390 moradores, ou seja, 14% da população da cidade. Daí para a frente a favela passaria também a existir de jure, ainda que as estatísticas a seu respeito sejam falhas até hoje. (Abreu, 1994, p. 35)

Cabe destacar que o recenseamento não apresentou nenhum critério de conceitualização da categoria favela. Embora os levantamentos de dados sobre as favelas tivessem adquirido um caráter oficial, eles permaneceram impregnados com interpretações preconceituosas e moralistas que se apropriaram do discurso estatístico para atribuir as favelas um caráter de ilegalidade que justificava a implementação de medidas e políticas de repressão e remoção. Ao analisar os comentários e interpretações publicadas no Censo das Favelas, de 1949, Valladares (2005, p. 65), por exemplo, destaca que o que predominava era um discurso moral cheio de clichês e preconceitos contra os pobres, que inclusive recorria a argumentos eugenistas que assimilavam a questão racial à características e capacidades biológicas e morais como explicitado nos trechos abaixo:

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população. (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 8 *apud* Valladares, 2005, p. 65)

As conseqüências (*sic*) desse complexo de condições negativas não se fazem sentir apenas no campo da higiene, o desasseio é agravado pela promiscuidade e esta, reforçando a ação de outros fatores adversos, provoca lamentáveis conseqüências (*sic*) de ordem moral. (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 16-17 *apud* Valladares, 2005, p. 66)

Dois anos depois, o Recenseamento Geral de 1950 feito pelo IBGE criaria uma nova definição que nacionalizaria a categoria favela como referência de

⁶ Os Parques Proletários Provisórios foram a primeira política pública implementada pelo governo para solucionar o “problema” da favela, o que consistiu em um plano de erradicação das favelas a partir da transferência dos moradores para casas temporárias até que as definitivas ficassem prontas. No entanto, as habitações dos Parques não serviam nem para o fim provisório (Kleiman, 1978). De acordo com Almeida (2020, p. 8): “o Parque constitui um espaço de controle, de segurança, capaz de represar os efeitos da transmissão do desvio ou da doença (mental e física), mantendo uma vigilância contínua sobre o indivíduo e sua família”.

informalidade urbana (Oliveira, 2023). Segundo Vaz (1998), a pressão para a remoção das favelas nesse período fez com que houvesse uma expansão de loteamentos populares na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que contribuiu para a formação das periferias locais. Porém, nem mesmo a redução do número de favelas na cidade — que caiu de 119 para 105 (Valladares, 2000, p. 23) — impediu o aumento da população favelada, que passou a elaborar uma série de mecanismos de resistência para continuar em suas moradias. Em contrapartida, o fortalecimento da articulação favelada, fez com que o Estado buscasse novos meios para reprimir essas mobilizações. A preocupação com a expansão de favelas pelo país implicou no investimento em estudos científicos que pudessem definir ações para solucionar os problemas advindos da proliferação de moradias entendidas como ilegais. Conforme argumenta Valladares (2005, 2000), com a necessidade de gerir o problema das favelas aumentava a demanda por conhecê-la.

Contar a população de maneira a construir posições de sujeito e, assim, solidificar identidades mais reais do que outras — tradicionais, familiares, locais, regionais — passou por atribuir efeitos legais e simbólicos a categorias que diluíam as individualidades em individualizações [...] o censo aparece ao lado de outros registros estatais criados para estabelecer o monopólio dos meios legítimos de mobilidade e dotar as categorias de eficácia simbólica (Camargo; Daniel, 2021, p. 63)

2.1.1.1 Nem tão fora, nem tão dentro: a favela como campo de estudo

Ao final dos anos 1950 inaugurou-se uma nova fase de estudos sobre as favelas que, sob a influência de pesquisadores estrangeiros, procurou atualizar a visão sobre as favelas ao implementar novas práticas de pesquisa que valorizavam a experiência em campo. O projeto mais notório, encomendado pelo jornal O Estado de São Paulo à Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), produziu “a mais abrangente análise sobre a realidade das favelas” (Silva, 2012, p. 51). O estudo intitulado de “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, durou cerca de três anos (1957-1959) sob a coordenação do Professor José Arthur Rios e a orientação do Padre Louis-Joseph Lebret, uma das lideranças do movimento católico *Economie et Humanisme*, cujas ideias e métodos serviram de principal inspiração para a construção do desenho de pesquisa. A metodologia que atrelava técnicas de análise qualitativa, como a

observação empírica e entrevistas, com técnicas quantitativas, como análises demográficas e uso de dados estatísticos secundários, fez com que o estudo fosse reconhecido como um trabalho inovador e aprofundado que trouxe dados novos e concretos sobre as favelas cariocas (Valladares, 2005).

No intuito de “mostrar como realmente vivem esses aglomerados proletários ou subproletários que se multiplicam no Rio de Janeiro sob a pressão de forças sociais e econômicas.” (SAGMACS, 1960, p. 3), o relatório, publicado em duas partes, trouxe um compilado de informações resultantes da aplicação de formulários em doze favelas e de entrevistas e observação direta nas favelas Barreira do Vasco e Parque Proletário da Gávea. Entre os dados haviam características gerais e origem das favelas, condições sanitárias, medicina popular, formas de organização familiar, educação, formas de solidariedade e até mesmo dados sobre a vida religiosa. A intenção era “conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir sua concepção da vida, de si mesmo e da cidade em que habita”, no entanto, reforçavam que os resultados apresentados eram válidos “apenas para certas favelas e para certos aspectos da vida dos favelados” (*Idem*).

Importante ressaltar que uma das principais contribuições do projeto era justamente a sua orientação para a ação social, em particular, no uso da pesquisa empírica como uma forma pragmática de luta por políticas públicas, que deveria trazer soluções possíveis para os problemas da favela. Como abordado na apresentação da primeira parte do relatório, a pesquisa tinha por objetivo “chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenômeno tão característico dos grandes centros urbanos do Brasil, que se manifesta[va] de forma mais evidente no Distrito Federal.” (SAGMACS, 1960, p. 2). Entretanto, como Silva (2012) argumenta, o estudo realizado pela SAGMACS compreendeu os favelados enquanto indivíduos submissos à “demagogia”, em referência às políticas clientelistas do período, o que dificultou a construção da favela como categoria de luta.

Não é o propósito deste trabalho se aprofundar nas questões políticas e nos conflitos que permearam o período em questão, nem desqualificar os méritos da pesquisa, mas sim salientar para o fato de que essa perspectiva propunha intervenções, mudanças sociais, que ocorreriam de cima para baixo, relegando aos moradores das favelas cariocas um papel de subordinação.

a crença implícita na capacidade da pesquisa de orientar a ação coletiva (indicando uma herança durkheimiana, que pensava a política como uma espécie de engenharia social) sugere que as propostas eram críticas, mas não dialógicas – elas interpelavam a racionalidade e a boa vontade em termos abstratos, desconsiderando o confronto de interesses de segmentos sociais concretos [...] Esta adesão às possibilidades de implementar, na prática, os achados contidos na análise empírica desembocava em proposições que, nas entrelinhas, eram apresentadas como tarefas do Estado, com o apoio de uma sociedade que não incluía os próprios favelados. (Silva, 2012, p. 57).

O estudo da SAGMACS abriu caminhos para outras pesquisas sobre as favelas cariocas, inaugurando uma agenda de pesquisa sobre o tema. Todavia, a visão sobre a figura do favelado permaneceu em muitos sentidos similar aos trabalhos que o precederam. Os favelados deixaram de ser interpretados como a causa-problema da favela, mas se mantiveram como objeto ao invés de sujeitos. Nas décadas seguintes, um conjunto de censos produzidos pelo IBGE e pela Empresa Municipal de Informática (IplanRio), atual Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), ampliaram e atualizaram os dados sobre as favelas cariocas. Contudo, novamente se conservaram lacunas, inconsistências, entendimentos carregados de moralismos, estigmas e preconceitos, como a identificação desses territórios como aglomerados urbanos subnormais⁷, que reforçavam a permanência de uma interpretação do urbano cujas origens residem na visão eurocêntrica, ocidental, branca, capitalista e patriarcal da modernidade (Santos, 2017a, 2017b; Silva, 2012, Bringel, 2011; Scherer-Warren, 2010; Lira, 1999). Além disso, a visão da favela como território de pobreza se associou a um novo ideário de violência que transformou-a de um problema coletivo em um perigo imediato (Silva, 2012).

2.1.2 Entre opacidades e luminosidades: o “pertencer sem pertencer” das favelas

Até a década de 1970 a política direcionada para as favelas foi primordialmente a de remoção, entretanto, coexistiram em paralelo alguns projetos de urbanização de caráter clientelista que procuravam ter um controle político-eleitoral sobre esses territórios (Gonçalves, 2013; Guedes, 2007). Nesse período, foi promulgado o primeiro decreto de zoneamento municipal do Rio de

⁷ O termo “aglomerados urbanos subnormais” foi proposto pela primeira vez pelo IBGE no Censo de 1991, vindo a substituir a nomenclatura “aglomerados especiais” estabelecida no Censo de 1980. Em outubro de 2023, após uma longa mobilização promovida por movimentos sociais, acadêmicos e especialistas, houve uma nova substituição do termo para “favelas e assentamentos populares”.

Janeiro que incluiu as favelas como parte da cidade – apesar de estarem classificadas enquanto Zonas Especiais. Em 1979 foi desenvolvido o primeiro documento oficial que defendia o direito de existência das favelas, proposto pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) que havia sido criada no mesmo ano (Ferraz, 2016). A partir dos anos 1980 emergiu um processo mais estruturado de urbanização das favelas organizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e por algumas agências de serviço público.

No Rio de Janeiro, a gestão do governador Leonel Brizola (1983-1987) implementaria um novo posicionamento em relação às favelas, que levou serviços públicos e um programa de regularização fundiária, nomeado de “Cada Família um Lote”, que buscou garantir os direitos dos favelados à cidade. O projeto foi interrompido em 1987, mas produziu avanços significativos como a criação de instrumentos legais que garantiram que as favelas fossem enquadradas como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) que autorizava a prefeitura a legalizar as edificações fora das dimensões dispostas em legislação, incorporando as construções faveladas à cidade “formal”, e consequentemente, assegurando a aplicação de políticas habitacionais e de infraestrutura para essas localidades. Ademais, a iniciativa originou um mapeamento inédito das favelas cariocas que proporcionou intervenções sociais e urbanísticas mais direcionadas às especificidades de cada comunidade (Ferraz, 2016). Já nos anos 1990 a urbanização das favelas ganhou novos contornos com o Plano Diretor de 1992 que apresentou a primeira definição legal de favela:

área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, **precariedade** da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de **alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais**. (Rio de Janeiro, 1992, p. 51, art. 147, grifo nosso)

Como é possível observar, a designação manteve uma certa noção de precariedade, desordem e irregularidade que condicionava a favela à uma categoria de oposição ao “asfalto”, isto é, à cidade lida como formal. No bojo desse plano foi desenvolvido também o programa municipal Favela-Bairro que incorporou diversas favelas ao tecido urbano ao implantar serviços e infraestruturas básicas, requalificar acessos e regularizar a situação fundiária, o que permitiu, por sua vez, incorporá-las ao status de bairros. nesse processo algumas favelas obtiveram um diagnóstico

técnico detalhado, porém os gradativos avanços não sanaram as lacunas e ausências de informações sobre esses territórios.

Conforme, Maia, Ferraz e Leme (2018) dialogam, apesar de serem objeto de incontáveis decisões políticas, as favelas seguiram sendo representadas no âmbito jurídico, urbano e social de forma distinta dos demais espaços da cidade. A título de exemplo, até o ano de 2012 a maioria das favelas da cidade do Rio de Janeiro não apareciam nos mapas oficiais criados pelo IPP, a agência de planejamento da prefeitura responsável pela coleta, tratamento e divulgação de informações estatísticas, cartográficas e geográficas do município (*ibid.*). Essa ausência incidia sobre diversas questões, como o desconhecimento dos mapas de logradouros que é uma importante ferramenta para o planejamento e execução de políticas públicas.

Na visão dos autores essa opacidades são ativamente produzidas pelas forças hegemônicas como uma forma de manter as favelas e seus moradores às margens. Quando existem propostas de iluminação elas coincidem com o interesse do Estado e do mercado de manter um domínio sobre esses territórios. A gradual transformação das favelas do Rio de Janeiro em espaços luminosos⁸ (Santos; Silveira, 2008), se correlaciona com o processo de preparação da cidade para sediar megaeventos internacionais como as olimpíadas e a copa do mundo de futebol (Ferraz, 2016). Nesse contexto, surgiram novos projetos de mapeamento das favelas, pautados por um discurso de integração e inclusão, que trouxe como principal singularidade a participação dos moradores locais. Contudo, a expansão do conhecimento sobre os territórios favelados a partir de mapeamentos participativos apoiou um processo de intensas remoções que deram continuidade às políticas de exceção perpetradas pelo Estado. Segundo Sánchez e Moreira (2019, p. 8):

Os supostos “legados” dos projetos e operações urbanas são aqui tomados como representações da chamada Era Olímpica. Foram grafados nos mapas oficiais e difundidos em diversos meios de comunicação. Ao acionar símbolos e esquemas de representação os sujeitos produtores das cartografias oficiais constroem narrativas sobre o Rio de Janeiro. Elegem e escondem frações da cidade, valorizam ou apagam relações sociais e promovem determinadas formas de leitura das questões urbanas, seletivas e mitificadas.

Conhecidos como mapeamentos participativos, esse método interativo tem como proposta considerar o conhecimento da comunidade na construção de documentos cartográficos. A abordagem surgiu no final da década de 1980 no

⁸ Segundo Santos e Silveira (2008) espaços luminosos seriam aqueles que acumulam densidades técnicas e informacionais que permitem uma maior atração de capitais, tecnologias e organização. Ao contrário dos espaços opacos, no qual esses elementos se encontram escassos ou ausentes.

Canadá para auxiliar o desenvolvimento de projetos em áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais, como um instrumento para compreender como essas populações se relacionavam com o seu território (Acselrad; Coli, 2008). Essa proposta se disseminou mundialmente a partir dos anos 1990, com a aplicação de diferentes técnicas e métodos que passaram a envolver os membros das comunidades no levantamento do uso da terra e das fronteiras de seus domínios, incorporando os nomes, símbolos, escalas e características geográficas reconhecidas por eles, contribuindo para a implementação de ações conjuntas de planejamento entre setor público, privado e comunidade a partir da identificação das demandas específicas do lugar (Araújo; Anjos; Rocha-Filho, 2017; Acselrad; Coli, 2008).

Entre as iniciativas de mapeamento participativo realizados em favelas do Rio de Janeiro se destacaram projetos conduzidos pelo setor público como Mapa Rápido Participativo (MRP), um projeto inserido dentro do programa Rio+Social, coordenado pelo IPP em parceria com o programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que buscava melhorar a qualidade de vida nas favelas pacificadas⁹ da cidade. Implementado no ano de 2012, o MPR tinha como principal objetivo “a avaliação e o monitoramento das condições urbanas dentro das comunidades através da identificação da cobertura e da qualidade de determinadas infraestruturas e serviços” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2017, p. 26). O método empregado combinou a observação empírica *in loco* com a escuta da população local para elaborar mapas temáticos e gerais das favelas selecionadas.

Outra iniciativa relevante foi o Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro. O projeto inicial foi proposto pelo Conselho Comunitário da favela de Mangueiras que tinha interesse em mapear os pontos culturais locais. No entanto, a ideia foi ampliada pela prefeitura do Rio que em 2014 desenvolveu um aplicativo interativo com tecnologia *ArqGis* que permitia que a população inserisse informações sobre equipamentos e serviços de toda a cidade, o que incluía as favelas. Ferraz (2016, p. 117) aponta que em um primeiro momento era possível inserir também informações referentes às condições urbanas de jardins, praças e ruas, no entanto, a prefeitura optou por retirar essa categoria ao perceber que esse

⁹ O termo é utilizado para descrever as favelas contempladas pelo programa de vigilância e controle do Governo do Estado do Rio de Janeiro que institui unidades de polícias militares em territórios favelados do Rio de Janeiro sob a justificativa de combater a criminalidade nesses territórios.

mapeamento era um registro oficial de problemas que poderia ser utilizado futuramente para cobranças da população. Segundo Ferraz, a participação do Conselho comunitário de Manguinhos foi fundamental para a inserção de categorias e demarcação de pontos de interesse, que só reforçaram a característica participativa do projeto. Em contrapartida, a pesquisadora destaca que muitos projetos de mapeamento participativo, como o MRP, eram na verdade parcialmente participativos, pois a atuação dos moradores ocorriam predominantemente na etapa de coleta de informações, ficando de fora das fases de construção da ideia do projeto, que diz respeito ao reconhecimento das necessidades específicas da localidade; da iniciação, que abrange as etapas de gerenciamento; do planejamento, que consiste no desenvolvimento e as adequações à metodologia específica para o projeto; e na etapa final de inserção e formatação do mapa. Em relação a isso, Acseirad e Coli (2008, p. 40) discorrem que:

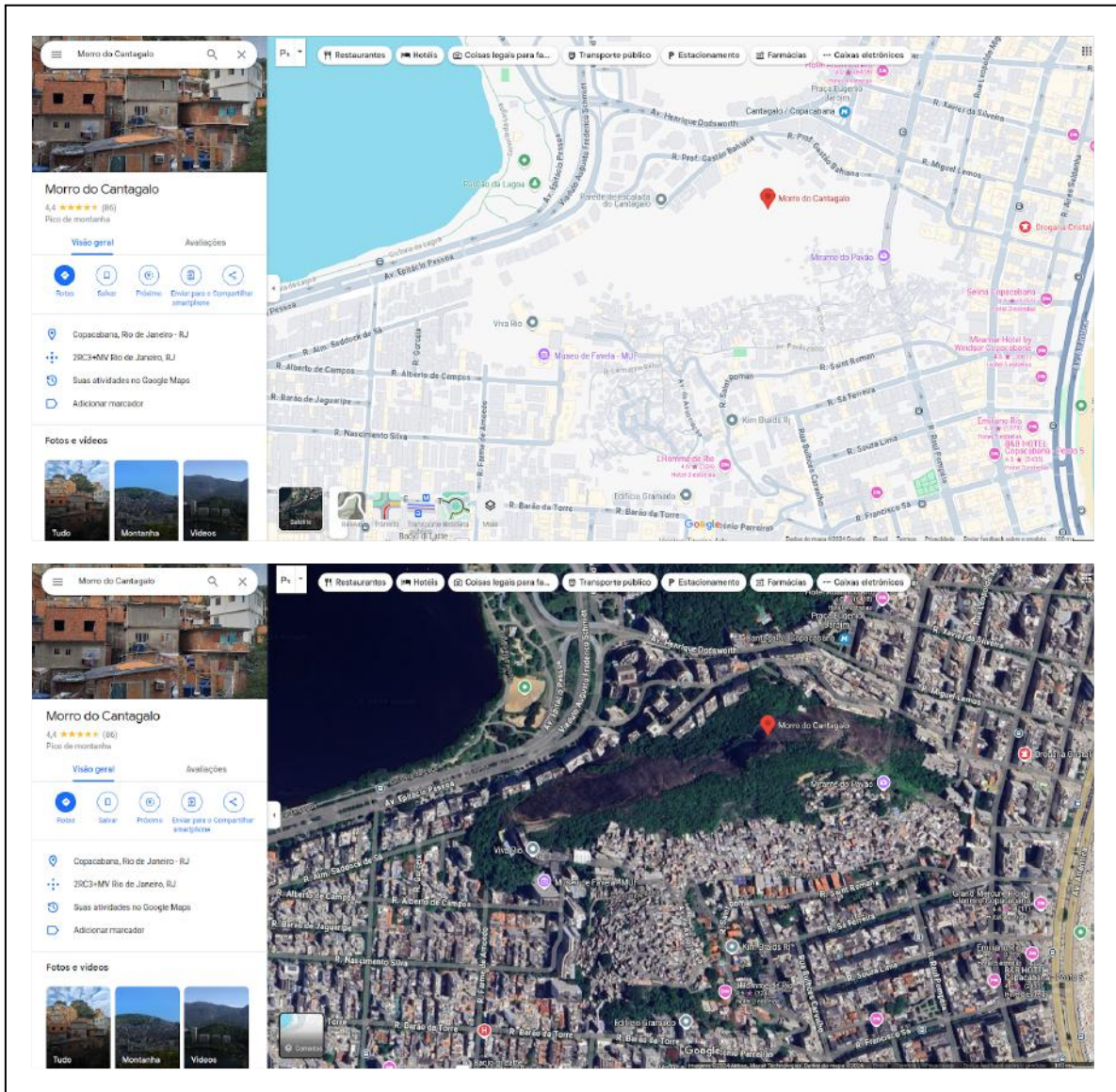
A noção de mapeamento participativo surge, pois, com a marca desta ambigüidade (*sic*): construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns –, sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. A este propósito, as problemáticas não são em toda parte comuns a ponto de poder sustentar uma metodologia também única. Verificamos como, no Brasil, as experiências podem estar associadas tanto à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território.

A restrição da participação comunitária à etapa de coleta dos dados expõem as múltiplas tramas de poder que permeiam as representações sobre as favelas. Um caso emblemático que ilustra essas relações é o projeto “Tá no Mapa”, desenvolvido em 2013 pela ong AfroReggae em parceria com a agência de publicidade JWT. A iniciativa tinha como objetivo disponibilizar os traçados das ruas, becos e vielas das favelas do Rio de Janeiro na plataforma de serviço de visualização de mapas e imagens de satélite, Google Maps. Em 2014 a empresa multinacional Google começou a financiar o projeto e em menos de três anos eles mapearam e inseriram no Google Maps cerca de 26 favelas. Porém, o critério para escolha das favelas selecionadas era quase sempre pautado pela proximidade com equipamentos olímpicos e com a sua inserção nas dinâmicas da zona sul, região mais rica e turística da cidade (Ferraz, 2016). Enquanto isso, mais de 700 favelas da capital permaneceram na invisibilidade. Para mais, a intenção dos organizadores de “promover a cidadania, o crescimento do mercado local e o acesso a serviços

públicos” (AfroReggae [...], 2013) ao “revelar tudo o que estava escondido dentro das favelas” (Kage, 2013), somente ocorreu após a própria Google retirar, a pedido da prefeitura da cidade, o termo “favela” do Google Maps. Em alguns casos a palavra foi substituída pela nomenclatura “morro”, que caracteriza primordialmente uma forma de relevo, em outros foi simplesmente apagada. A título de exemplo, a Favela da Rocinha, virou apenas “Rocinha” e a Favela do Cantagalo tornou-se “Morro do Cantagalo”. Além disso, as buscas feitas na plataforma passaram a trazer resultados errados. As áreas densamente povoadas apareciam como espaços em branco de cor bege ou como uma série de linhas vazias que vagamente sugeriam a presença de casas (Southwick, 2016).

O movimento de apagamento do nome das favelas pode ser entendido como parte de uma estratégia para tornar a cidade mais atrativa ao capital estrangeiro no contexto dos megaeventos (Magalhães, 2013; Vainer, 2011, 2009), onde “Vídeos, fotos e mapas são manipulados na construção de uma cidade unida e sem conflitos, preparada para o espetáculo” (Ferraz; Leme; Maia, 2018, p. 69). Porém o que de fato reside por detrás dessa gramática da ausência é a permanência de um longo processo de remoções materiais e simbólicas das favelas. A manutenção dessas opacidades reforçam o quanto que a favela foi “quase sempre tratada como um mal a se extirpar” (Ferraz; Leme; Maia, 2018, p. 61). Ainda hoje, quase 11 anos desde o início do projeto Tá no Mapa, o Google Maps, uma das principais ferramentas de geolocalização gratuitas, representa algumas favelas do Rio de Janeiro, como a Favela do Cantagalo (Figura 1), com manchas cinzas e verdes, sem o traçado de todas as vias e residências, e com erros de localização que indicam a favela como parte da comunidade vizinha, Pavão-Pavãozinho.

Figura 1 – Mapa da Favela do Cantagalo no Google Maps



Fonte: Imagem gerada pela autora no Google Maps em 24 set. 2024.

Diante do exposto, é possível identificar que a luminosidade das favelas cariocas é seletiva (Ferraz; Leme; Maia, 2018), pois ao mesmo tempo que visibiliza alguns aspectos de interesse esconde outros. Coincidentemente, ou não, essa dualidade também se apresenta como característica da performatividade dos elementos quantitativos como mapas, números, e censos, que também operam em uma lógica de extrações e de subtrações que apresentam alguns aspectos da realidade enquanto negligenciam outros (Didier; Bruno, 2021). Assim sendo, não é difícil entender como esses instrumentos foram sendo apropriados para construir uma narrativa oficial sobre as favelas. No jogo de mostrar e esconder, o poder

público e outras forças dominantes conseguem manter a população favelada em uma condição de “pertencer sem pertencer” (Collins, 2016).

O conceito de pertencer sem pertencer (*Outsider Within*, em inglês), cunhado por Patricia Hill Collins (2016) para descrever o processo que incide sobre mulheres afro-americanas de estar dentro de determinados espaços sociais sem estar de fato integradas a eles, se assemelha a condição enfrentada por moradores de favelas que experienciam ações de integração, mas paralelamente continuam vivendo sob efeitos de uma estrutura hegemônica que os desassocia da cidade formal. Essa segregação se manifesta na falta de dados sobre as favelas, nas remoções, nos vazios institucionais que ocorrem rotineiramente e que foram realçados durante a pandemia da covid-19 e nas inúmeras políticas de escassez (Freire, 2019) e de precariedade (Magalhães, 2020) de um Estado que persiste em se fazer presente na ausência, se eximindo do papel de agente garantidor dos direitos fundamentais. No entanto, como Hill Collins dialoga (2020, 2016), o status fronteiriço de não-lugar, de marginalidade, causado pela desigualdade de poder possibilita uma visão de mundo alternativa, repleta de criatividade que produz tensões que desestabilizam os poderes vigentes. A condição de pertencer sem pertencer produz uma postura crítica de autodefinição e autoavaliação que permite questionar o conhecimento hegemônico em relação aos saberes locais.

2.2 Instrumentos de resistência

Se, por um lado, os sistemas de quantificação foram sendo utilizados como instrumentos de prova e de governo que consolidaram as favelas como um problema social e urbano marcado pela informalidade e ilegalidade. Por outro, eles extrapolaram o domínio técnico e científico de agências públicas e privadas de produção de dados para se transformar em uma ferramenta de luta e resistência popular. Conforme argumenta Camargo e Daniel (2021, p. 44), essa disputa é possível porque para além de ser um recurso operacional utilizado por cientistas e administradores para produzir um determinado conhecimento sobre o mundo, a quantificação também é “uma atividade social implicada em relações de poder, e que produz efeitos sobre a realidade que pretensamente descreve”, sendo assim podem mediar tanto a manutenção das formas de dominação e controle quanto

possibilidades de insurgência e emancipação. Isso significa, em outras palavras, que ao produzir efeitos legais e simbólicos que demarcam um padrão normativo, as estatísticas e outros elementos de quantificação também jogam luz sobre os desvios que fazem com que os desviantes sejam vistos. Dessa forma, aqueles que tradicionalmente são colocados às margens da “curva normal”, por não agir em conformidade com o estipulado pelo sistema hegemônico, podem se apropriar da visibilidade desses dados para legitimar suas demandas por direitos.

[...] a concepção da normalidade como recorrência convida sutilmente os indivíduos a se verem através das categorias estatísticas, seja reforçando o estigma produzido pela geografia racializada do Estado (por gênero, cor, língua e etnia), seja, mais recentemente, denunciando a dominação pela contestação dos critérios de classificação, redefinindo seus usos e conteúdos. (Camargo; Daniel, 2021, p. 64)

A categorização por raça em censos demográficos, por exemplo, alicerçou a segregação e a patologização dos comportamentos de grupos étnico-raciais em diversos países, como no caso dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil. No entanto, as classificações racializadas também serviram como argumento para identificar a desumanização e as violências para com essas populações, como o movimento que a jornalista e ativista afro-americana Ida B. Wells realizou, nos idos de 1890, ao utilizar dados estatísticos raciais e de gênero para corporificar as crueldades e privações de direitos contidos nas práticas de linchamentos que aconteciam com a população negra nos EUA. Wells foi pioneira no uso do jornalismo de dados como ferramenta de luta contra a supremacia branca e a segregação, evidenciando o potencial que a retórica numérica possui para expor as injustiças e ofertar outras narrativas (Brubaker, 2022). No Brasil, quase um século depois de Wells, ativistas do movimento negro, organizações da sociedade civil e cientistas sociais demonstraram a importância dos números na construção de problemas públicos, ao pressionarem durante a década de 1980 que as agências estatísticas nacionais voltassem a coletar dados étnico-raciais em seus recenseamentos (Loveman, 2014; 2021). Como lembra Camargo (2009), as classificações raciais, que foram inseridas desde o primeiro censo brasileiro, de 1872, como uma forma de clivagem social e controle biopolítico, foram omitidas a partir do censo de 1920 para sustentar inicialmente um projeto de branqueamento que buscava apagar o passado escravista e depois por um discurso político-ideológico de democracia racial que negava a existência do racismo e, conseqüentemente, dos seus danos à sociedade.

Quando as agências governamentais reinserem as categorias étnico-raciais em suas análises estatísticas reinstaura-se a possibilidade de materializar diversas desigualdades e injustiças, além de dar subsídios para o surgimento de novos espaços de participação e subjetividades que encorajaram o reconhecimento de uma herança africana que promoveu mudanças na autoidentificação da população, bem como incitou novos debates, demandas políticas e tensões (Camargo; Lima; Hirata, 2021, p. 33).

A estatística passou a ser um meio de reconhecimento da identidade e da importância numérica dos grupos (étnicos, raciais, de gênero etc.) perante o Estado. Por isso, certos grupos sociais se interessaram em ser contados e passaram a exigir que as autoridades públicas e os sistemas estatísticos institucionalizados registrassem e produzissem dados que tornassem seus grupos visíveis na esfera pública. Minorias raciais e étnicas, coletividades nacionais e comunidades religiosas mobilizaram-se e expressaram publicamente sua intenção de participar das definições estatísticas e/ou censitárias. (Camargo; Daniel, 2021, p. 66)

Emmanuel Didier e Isabelle Bruno (2021) reconhecem esses usos da estatística como um instrumento de crítica e mobilização social pela expressão estatativismo, um neologismo utilizado pelos autores para caracterizar a emergência cada vez mais intensa de práticas militantes que recorrem aos dados para criar novos pólos de resistência. Em uma interpretação mais ampla o estatativismo refere-se a “todas as práticas estatísticas [que já existem a muito tempo] que servem para criticar e se emancipar de uma autoridade, seja ela qual for”, já em um sentido mais estrito representa as práticas que buscam se emancipar do tipo de poder exercido no âmbito da governamentalidade neoliberal (*ibid.*, p. 86) que, na expansão dos processos tecnopolíticos de dataficação e algoritmização da vida cotidiana, têm reformulado as técnicas de gestão e controle das populações (O’Neil, 2020; Zuboff, 2018; Rouvroy; Berns, 2015; Van Djick, 2014).

O diálogo entre a razão neoliberal e a expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) intensificou o uso dos sistemas quantitativos, como métricas, rankings e indicadores, na orientação de decisões governamentais. As novas possibilidades de coleta, manipulação e análise massiva de dados (*Big data*), com o uso de técnicas de aprendizado de máquina (*machine learning*), aprimoraram as estatísticas probabilísticas que agora não apenas produzem hipóteses como também antecipam comportamentos individuais, configurando-se como uma ferramenta eficiente, democrática e apolítica tanto para a gestão pública como para a gestão privada. Todavia, seu uso no âmbito governamental tem sido

cada vez mais utilizado de forma altamente racionalizada e automatizada, o que pode aprofundar, reforçar ou mesmo gerar desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais ao desconsiderar as singularidades que atravessam o cotidiano de determinados sujeitos e subjetividades (Currie; Knox; McGregor, 2021; Kraus, 2022; Kaika, 2017; Taylor, 2015; Greenfield, 2013).

Assim sendo, os pesquisadores diferem as múltiplas experiências militantes de estatativismo em quatro agrupamentos distintos. O primeiro seria um modelo ativista mais antigo de apropriação dos números para demonstrar as contradições internas das instituições, como quando os sociólogos Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014 [1964]) mostraram, através do cruzamento de algumas variáveis (como ocupação paterna e sucesso escolar), que as escolas na França reforçavam desigualdades ao reconhecer e validar o capital cultural passado de geração à geração. De acordo com Didier e Bruno (2021) esse modelo de ativismo reformador não questiona radicalmente a realidade, mas denuncia as incongruências tornando possível modificá-las. O segundo consiste em uma militância que procura flexibilizar certas regras ao mesmo tempo em que publiciza práticas estatísticas que são opacizadas. Um exemplo desse estatativismo pode ser observado na mobilização de grupos da sociedade civil contra o sistema de premiação de agentes da segurança pública que são baseados em indicadores de performance que bonifica policiais a partir de indicadores de criminalidade e letalidade, como a “premiação por bravura” implementado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1995 e 1998 que foi responsável pelo aumento da violência policial e da letalidade em confrontos. Já o terceiro modelo de estatativismo é composto por grupos que buscam se apropriar da produção estatística institucionalizada pelo Estado como uma forma de visibilizar questões sociais até então negligenciadas por meio do reconhecimento de novas categorias estatísticas, como aconteceu por exemplo no processo de luta do movimento negro brasileiro para que a autodeclaração por cor fosse incluída no censo do IBGE, o que influenciou a implantação de um conjunto de políticas afirmativas a partir do dimensionamento da realidade étnica do país. Por fim, o último modelo se caracteriza pela produção de dados alternativos que buscam evidenciar falhas, lacunas e limitações das estatísticas públicas, bem como propor novas narrativas que confrontam o poder estatal de nomeação e descrição do real ao apresentar uma realidade distinta da “oficializada”. Nesses processos de contar o que ainda não se conta ou discutir o indiscutível (Didier; Bruno, 2021, p. 101), a

própria definição de oficial é questionada. É nessa quarta categoria que podemos enquadrar uma grande parte dos ativismos de dados que vêm sendo produzidos em favelas e territórios periféricos do Brasil. De modo geral, são ações de baixo para cima que trazem à tona outras verdades, outros saberes e práticas, que oferecem novas possibilidades de (re)existência.

Conforme apresentado, os primeiros interessados em estudar as favelas recorreram à uma suposta racionalidade técnica e a teorias higienistas para fundamentar um imaginário de representações sociais generalizantes. Quando surgiram propostas do Estado para (re)conhecer as múltiplas identidades e experiências que se manifestam nesses territórios urbanos foi na intenção de administrar e controlar o que era entendido como espaços-problema. Entre avanços e retrocessos, onde alternam-se, e por vezes coexistem, políticas democráticas e necropolíticas, a categoria favela permaneceu marcada pelo signo da diferença, tendo suas realidades cotidianas homogeneizadas por análises sintéticas e parciais que ditam as ações e inações do Estado e do mercado nesses territórios. Dessa forma, quando as primeiras iniciativas de ativismo de dados surgem nas favelas e periferias brasileiras é para contestar as ausências e opacidades presentes nas produções estatísticas governamentais. No entanto, as ações foram adquirindo diferentes contornos e escalas de luta que evidenciam cada vez mais a importância das produções comunitárias de monitoramento de dados como um caminho para a construção de uma gestão mais democrática do território.

2.2.1 De dentro para fora: a produção de dados como categoria de luta das favelas

O que aconteceria se um grupo de moradores de uma favela tentasse reverter a ordem das coisas ao tentar olhar para a sua localidade com profundidade, buscando defini-la não pela negação, mas pelas particularidades da vida do dia-a-dia, pelas estratégias e práticas afirmativas desenvolvidas pelos próprios locais para viver numa sociedade injusta e desigual? (Censo [...], 2003, p. 12). É o que se pergunta um grupo de moradores do Complexo da Maré, um conjunto de 16 favelas localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que no final dos anos 1990 decide realizar um levantamento censitário a fim de obter informações estatísticas

que fossem além das “distintas tentativas públicas e privadas de ‘investigar’ a realidade da Maré” (Ceasm, 2003, p. 30), superando o “conhecimento empírico sustentado em bases impressionistas” para “produzir dados precisos sobre a realidade domiciliar, econômica, cultural, e educacional, não só dos moradores do bairro, mas também das instituições (públicas, privadas e comunitárias) presentes na Maré ou em seu entorno” (*ibid.*, p. 31). Assim começava a ser desenhada o “*Censo da Maré 2000: Quem somos, quanto somos, o que fazemos?*”, a primeira iniciativa de autorrecenseamento em uma favela do país, organizada pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), uma ong fundada em 1998 por moradores que cresceram e/ou moraram na Maré.

Em menos alguns meses o censo comunitário foi estruturado e iniciou-se um processo de formação da equipe com entidades e profissionais especializados no levantamento quantitativo de dados. O projeto contou com apoio de entidades como o Instituto Avançado de Pesquisas Aplicadas (IPEA), o IPP e a Escola Nacional de Ciências e Estatísticas (ENCE), e o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No começo do ano seguinte, outros grupos e instituições se juntaram ao projeto, em especial, nas áreas de sistema e análise de dados e no treinamento da equipe técnica (Ceasm, 2003). Durante a preparação para o censo foram produzidas algumas representações cartográficas para facilitar a localização e distribuição dos domicílios, para isso foi realizado uma parceria com o IPP para a atualização dos mapas do bairro incluindo os arruamentos que não estavam representados e as mudanças ocasionadas pela intensa dinâmica habitacional. O processo de coleta de dados contou com uma metodologia que preconizava a integração dos moradores da Maré ao projeto.

Na primeira etapa (a), foi realizada a sensibilização de todas as comunidades locais sobre o Censo. A atividade se materializou através de faixas, cartazes, carro-de-som e mensagens nos sistemas de som locais. Foi solicitada, além disso, a colaboração das instituições públicas e comunitárias da Maré, a fim de que todos os moradores fossem informados da iniciativa. Na segunda etapa (b), a divulgação foi feita pelo contato singular massificado. Ele consistia na entrega de um folheto explicativo sobre o censo em todas as unidades domiciliares e comerciais da comunidade, e era feito no início do trabalho na localidade. Na terceira etapa (c), era encaminhado o processo de coleta de dados. Nesse momento, contou-se com a participação das Associações de Moradores, que indicavam um diretor da entidade para acompanhar a equipe enquanto ela estivesse na comunidade. Por fim, concomitante à etapa © foi feita a digitação dos dados (d) que passavam pela crítica de toda a equipe até ir para a tabulação. (Ceasm, 2003, p. 33)

Um dos pontos de destaque do censo foi a construção de uma equipe multidisciplinar que contava com 40 recenseadores, parte deles jovens universitários, que eram moradores da Maré e percorriam as ruas e vielas do próprio bairro fazendo pesquisa de campo. Um dos objetivos do censo era incentivar que os jovens universitários da Maré se tornassem pesquisadores (Ceasm, 2003). O estímulo ao ingresso da população mareense na universidade era um dos alicerces do Ceasm que teve como primeiro projeto o Curso Pré-vestibular da Maré que possuía um corpo docente e discente formado apenas por moradores das comunidades. Além de contribuir na construção de pertencimento e identidade dos residentes da Maré, o censo, que foi publicado em 2003, trouxe uma série de informações inéditas sobre demografia, habitação, educação, trabalho infantil e questões socio-econômico-cultural que serviram de subsídio para a produção de outras pesquisas e para a incidência política.

Em 2010 surgiu uma segunda iniciativa de autorrecenseamento, também na Maré, denominada de “Censo Populacional da Maré”, que buscou renovar as informações sobre o bairro no intuito de reivindicar políticas públicas através dos dados. Conduzido pelas organizações de base Redes da Maré e o Observatório de Favelas – ambas oriundas do território da Maré e patrocinado pela Fundação Banco do Brasil, o projeto contou com o apoio do IPP que forneceu, mais uma vez, as bases cartográficas que foram revisadas e atualizadas. Além disso, houve uma nova contagem populacional feita por moradores-recenseadores que mapearam ruas, becos, travessas, praças e mais de 800 logradouros (Redes da Maré, 2019).

A partir dos dados levantados originaram-se outros projetos como o Guia de ruas da Maré (Redes da Maré, 2014), uma publicação que continha o mapa de cada uma das 16 favelas que compõem o Complexo da Maré, com o nome dos logradouros e os Códigos de Endereçamento Postal (CEPs); e o Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré (Redes da Maré, 2011), que trouxe informações sobre as atividades com fins lucrativos desenvolvidas no território. Entre 2012 e 2013, uma nova etapa do Censo Populacional da Maré apresentou um diagnóstico da realidade demográfica, sociocultural e econômica dos moradores. O censo foi utilizado no processo de reconhecimento das ruas da Maré junto à prefeitura e na definição de CEPs dos Correios. Em entrevista à Ferraz (2016, p. 98), um analista de geoprocessamento do IPP reconheceu que a mobilização dos moradores havia sido central para a incorporação dos logradouros no mapa oficial

da cidade do Rio de Janeiro. Tal fato vai ao encontro do objetivo dos organizadores com a elaboração do censo. Segundo eles: “O intuito maior que rege essa iniciativa é materializar – por meio de vivências, reflexões e construção de metodologias – ações integradas e abrangentes que ampliem os campos de possibilidades sociais e de direitos dos moradores de favelas e periferias” (Redes da Maré, 2019, p. 9).

Para Sánchez e Moreira (2019, p. 10), a participação dos cidadãos no processo de mapeamento e diagnóstico de seus territórios têm se apresentado como “uma importante ferramenta de disputa nas lutas simbólicas, que compõe a constituição de sujeitos políticos”. Na última década, com a crescente popularização do acesso às tecnologias, essa participação tem adquirido novas escalas. Moradores vêm se apropriando de ferramentas digitais para desenvolverem suas próprias metodologias de coleta de dados, que servem não apenas como elemento de combate aos estigmas da favelas, como também estimulam o envolvimento da população na luta para pautar políticas públicas de qualidade para os seus territórios. Munidos com smartphones, computadores e disposição, eles produzem suas próprias narrativas, na intenção de contar aquilo que os números “oficiais” não contam — ou não querem contar.

Uma das iniciativas que utilizou as tecnologias da informação e comunicação ao seu favor foi o *Data_labe*, uma associação sem fins lucrativos do Complexo da Maré, que em 2016 criou o *Cocôzap*, um canal para denunciar a precariedade do saneamento básico no bairro. Por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, os moradores da maré podiam enviar queixas (fotos, vídeos ou áudios) ligadas ao saneamento básico, que eram mapeadas, sistematizadas e divulgadas em uma série de diagnósticos elaborados com linguagem popular. Os dados produzidos eram então divulgados em encontros e espaços de debates dentro e fora da comunidade.

A partir da construção do *Cocôzap*, o grupo desenvolveu uma metodologia identificada como “Geração Cidadã de Dados” (GCD), cujo cerne está na participação dos moradores locais em todas as etapas do projeto, que ia desde a identificação do problema público, passando pela coleta, validação, organização e análise dos dados, até a comunicação dos dados e a incidência política (Luiza; Antero; Mota, 2024; Mota; Vieira, [s.d.]). Uma das principais conquistas do projeto foi a inserção dos dados produzidos de forma comunitária na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico para Água e Esgoto (Relatório [...], 2023).

Outro projeto que se insere nesse movimento ativista de produção de dados sobre a realidade cotidiana é o *DefeZap*, uma plataforma de denúncia que utiliza o WhatsApp para coletar anonimamente vídeos-denúncia de abusos policiais e outras formas de violência produzidas pelo Estado à comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Apesar de não ser especificamente direcionada às populações faveladas, a iniciativa, implementada em 2016, teve logo no seu primeiro mês de operação um maior número de ocorrências relacionadas a incursões policiais em favelas (Boletim DefeZap, 2016). Em diálogo com as intenções do *DefeZap* de ser um “sistema de autodefesa contra esculachos do Estado”, surgiram outros projetos como o *FogoCruzado*, que monitora a violência armada em algumas regiões metropolitanas do país a partir da contribuição de relatos da população e o *Nós por Nós*, um aplicativo projetado pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro para monitorar e combater denúncias de abusos policiais contra moradores de favelas.

O uso de TICs para subverter o poder institucional de controle do Estado, também conhecido como contra-vigilância (Mano; Menezes, 2021), tem sido uma forma de agência para diversos grupos e coletivos visibilizarem e denunciarem as inúmeras violências que incidem sobre a população favelada. Segundo Didier e Bruno (2021, p. 100), a possibilidade de acesso a ferramentas de codificação tem feito com que aqueles que antes eram avaliados pelos dados se apossassem deles em uma espécie de “dupla emancipação”: por um lado, ao buscar uma realidade diferente da estabelecida oficialmente, ocorre a constituição de um sujeito político coletivo. Por outro, com a denúncia da capacidade das instituições em desconsiderar a realidade cotidiana dessa população, há o alinhamento de uma série de possibilidades de ação desse sujeito.

Se apropriando desse processo, uma série de favelas tem buscado se contar e defender suas verdades, como aconteceu durante a pandemia da covid-19. A partir da produção crítica de outras narrativas, esses grupos passaram a repolitizar os dados oficiais causando “atritos produtivos” (Mattern, 2021) que possibilitam repensar não apenas a produção de conhecimento sobre as favelas, como também as formas de ação coletiva e participação política. Mapear, descrever e avaliar suas próprias realidades vêm fortalecendo o sentimento de pertencimento e os laços de solidariedade, o que por sua vez corrobora para a expansão da articulação entre os moradores locais e também entre os territórios favelados.

3 NA PANDEMIA A FAVELA SE CONTA E RECONTA

*A gente se mobilizou a partir da ComCat, rede de comunidades coletivas e outras instituições de diversas favelas de regiões periféricas **para poder fazermos por nós mesmos** e essa mobilização se dá como sempre aconteceu. Seja no mutirão para bater uma laje, seja no mutirão para poder conseguir uma água... e dessa mesma maneira a gente está fazendo nesse contexto de pandemia.*

— Douglas Heliodoro (#DadosSalvamVidas, 2020)

Nascidos no contexto das experiências de lutas urbanas, as articulações de coletivos e movimentos comunitários de base foram essenciais para a sobrevivência das favelas durante a pandemia. Foram esses movimentos já estabelecidos no território que iniciaram ações para mitigar os efeitos da covid-19, como a criação dos painéis de monitoramento. As redes de associativismo de resistência (Brum, 2006), que foram fundamentais para a luta pela consolidação e urbanização de favelas, se apresentaram como um elemento central para assegurar que a produção e monitoramento de dados sobre a covid-19 ocorressem e produzissem resultados, mesmo diante do estado de coisas que incidia sobre esses territórios. De modo geral, pode se dizer que a covid-19 escancarou os problemas e as ausências, mas também mostrou como os laços de solidariedade e o comunitarismo possibilitam que a favela continue existindo e resistindo.

Assim sendo, o propósito deste capítulo é descrever como que um conjunto de favelas do Rio de Janeiro utilizou ferramentas e tecnologias de produção e monitoramento de dados para visibilizar suas realidades, fazer suas reivindicações, produzir suas narrativas e lutar por seus direitos. A partir desse fazer coletivo, que é identificado pelos próprios sujeitos favelados como a prática do “nós por nós” (Fleury; Menezes; Magalhães, 2021; Fernandes *et al.*, 2020), se originou uma rede de solidariedades que transcendeu a pandemia, abrindo espaço para outras possibilidades de participação cidadã e produção do comum.

3.1 As primeiras iniciativas de mapeamento da covid na favela: uma sevirologia

José de Souza Queiroz, o Mestre Soró, cunhou a expressão “sevirologia” para designar a metodologia que emerge dos territórios periféricos onde “Se você tem você faz, se você não tem, você faz do mesmo jeito. Você se vira” (Ferreira, 2020). É essa viração, como diria Vera Telles (2006), essa produção incessante de modos de se fazer resistir perante as violências físicas e simbólicas que incidem sobre seus corpos favelados que é percebida nas primeiras iniciativas de produção e monitoramento de dados sobre a covid nas favelas. Do jeito que dava, fosse com cartazes, pinturas, ligações, mensagens ou gritos de megafone, os coletivos se colocaram na linha de frente e agiram através dos números para fazer valer o seu direito à dignidade humana. Abaixo descrevo alguns desses projetos que foram desenvolvidos no Rio de Janeiro e que contribuíram para a construção de uma articulação em rede que culminou na criação do Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas (PUF).

3.1.1 Painel Vozes das Comunidades - Complexo do Alemão

Uma das primeiras iniciativas de ativismo de dados durante a pandemia foi produzida pela organização Voz das Comunidades, que foi criada em 2005 como um jornal comunitário independente pelo ativista Rene Silva, que tinha apenas 11 anos de idade à época. No contexto das mídias alternativas, o projeto obteve grande destaque no ano de 2010 ao cobrir em tempo real a ocupação da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PM-RJ) durante o processo de “pacificação” do Complexo do Alemão por meio da plataforma de mídia social Twitter (atual X). A ong se tornou uma ferramenta de jornalismo cidadão que tem como finalidade “servir aos interesses concretos” (Abreu, 2003, p. 30) da população, isto é, comunicar, através da produção de conteúdos de fonte aberta, acontecimentos que não são narrados pelas mídias hegemônicas; corrigir, confirmar ou questionar informações abordadas pela imprensa; e cobrar soluções para os problemas sociais (Targino, 2009; Moraes, 2007).

Em abril de 2020, em meio as omissões e desinformações sobre a covid-19, o Voz das comunidades lançou um painel para atualizar diariamente a população sobre os casos de coronavírus em cerca de 25 favelas do Rio de Janeiro. O *Painel de Atualização de Coronavírus nas Favelas do Rio de Janeiro* compilou inicialmente dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, de Clínicas da Família e Unidades de Saúde¹⁰ para contabilizar, através do georreferenciamento pelo CEP dos pacientes, os números totais de contaminados, mortos e recuperados. Posteriormente foram adicionados como fonte os dados fornecidos pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro e do Comitê de Emergências SOS Providência, projeto criado por moradores e organizações do Morro da Providência e da Zona Portuária que através do programa Morador Monitor mapeou os casos de coronavírus na região.

Figura 2 – Painel de Atualização de Coronavírus nas Favelas do Rio de Janeiro do Voz das Comunidades



Fonte: RioOnWatch (Henrique, 2022).

Por utilizar dados governamentais, a iniciativa sofreu com o desencontro de informações resultante das desatualizações frequentes nos portais dos órgãos

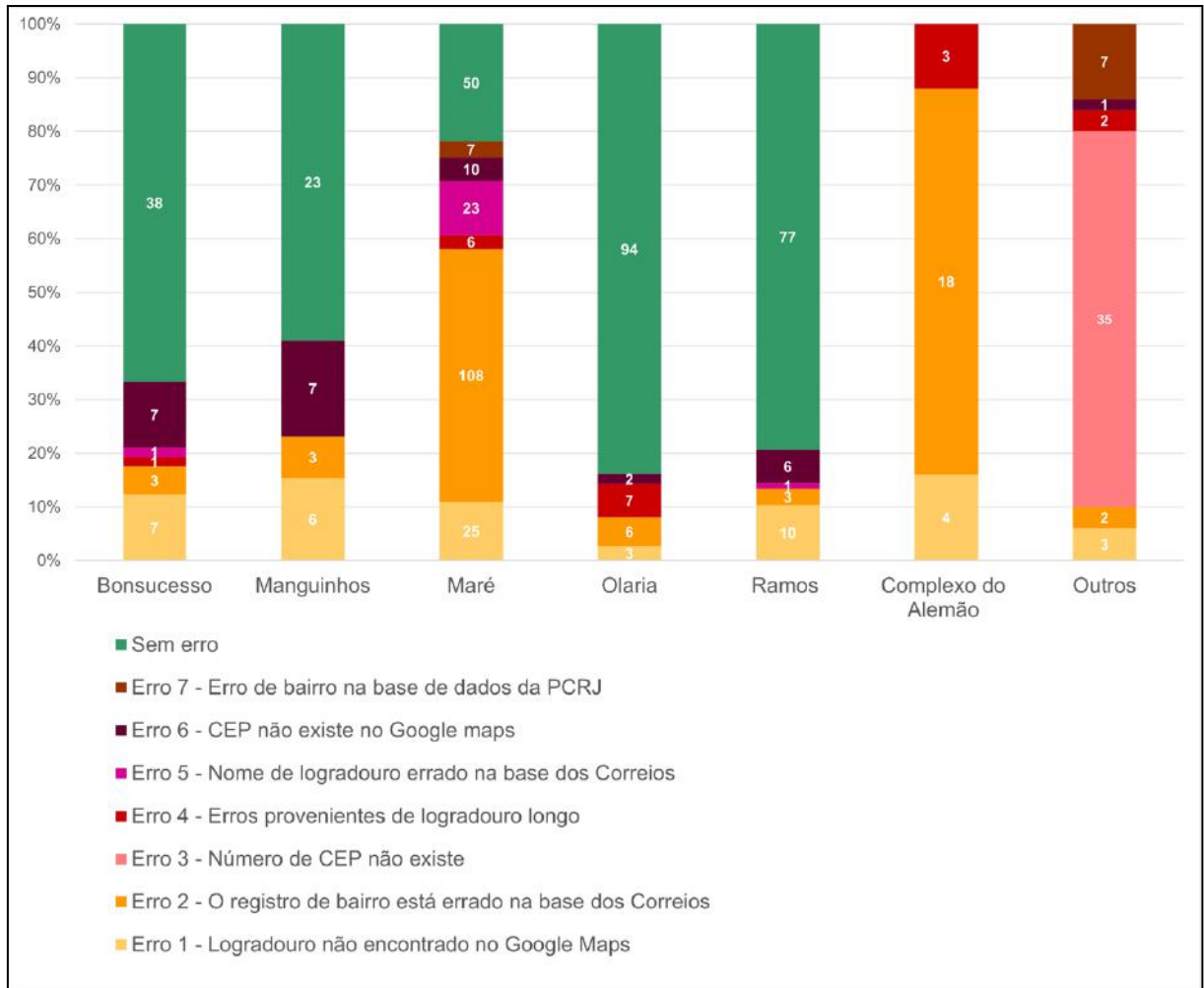
¹⁰ Foram utilizados dados da Clínica da Família Zilda Arns, Clínica da Família Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria – ENSP, Clínica da família Victor Valla, Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza, Clínica da Família Valter Felisbino de Souza, Unidade de Saúde da Família João Candido, Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira, Clínica da Família Rinaldo de Lamare, Centro Municipal de Saúde Dr. Albert Sabin. (Cannabrava, 2020).

públicos e da metodologia utilizada por eles (Cardiano, 2022; Cannabrava, 2020). Os casos divulgados pela prefeitura eram registrados pelos bairros onde estavam inseridas as favelas, o que gerava uma subnotificação de casos. No Complexo do Alemão, por exemplo, alguns registros eram endereçados aos bairros limítrofes de Bonsucesso, Ramos e Inhaúma. Esse problema derivava das lacunas cartográficas existentes nos territórios favelados por gestões que não realizaram “uma política continuada com relação à urbanização e reconhecimento do espaço das favelas” (Izaga *et al.*, 2022, p. 15).

Em uma pesquisa realizada na região de Ramos, que registra uma das maiores concentração de habitantes moradores de favela e abriga três das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro: Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Complexo da Penha (Vila Cruzeiro), Izaga e colegas (2022) identificaram que mais da metade dos CEPs de sua amostra, que eram disponibilizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, continham algum tipo de erro de busca (Figura 3). O estudo chamou a atenção para o fato de que as informações de CEPs próximas aos territórios de favelas apresentavam um número considerável de inconsistências, sem contar que o interior das favelas não estavam representados na cartografia municipal, que não reconhecia os logradouros impossibilitando a obtenção de um código de CEP.

O uso de análises por CEP traz inconsistências porque muitos favelados não possuem logradouros regularizados, o que muitas vezes os impede de possuir um código postal. Dessa forma, a pesquisa conclui que “a coleta, geração e análise de dados digitais expressam uma nova desigualdade na representação do espaço” (*Ibid.*, p. 2) que acentua as desigualdades socioespaciais já estabelecidas. Segundo os pesquisadores, “as favelas, áreas com as quais a cidade tem histórica relação de vazio cartográfico, podem consolidar mapas digitais enganosos, ocultando a real incidência da pandemia na cidade.” (*Ibid.*, p. 15).

Figura 3 – Gráfico dos tipos de erro de CEP por bairro



Fonte: IZAGA *et al.*, 2022.

Além do Painel de Atualização de Coronavírus, o Voz das Comunidades havia se juntado aos coletivos Mulheres em Ação e Papo Reto, para criar um Gabinete de Crise no Complexo do Alemão. Através do gabinete o grupo distribuiu cestas básicas e kits de limpeza e higiene, realizou ações de sanitização do território e campanhas de comunicação criativas para instruir a população sobre os riscos da doença e os cuidados de prevenção (Figura 4).

instalam faixas com informações importantes nas entradas da favela, cartazes nos pontos de mototaxistas, mercados, farmácias e circulam mensagens de alerta via carro de som. De maneira criativa usam a batida do funk para alertar a população das formas de prevenção e como agir no cenário pandêmico (BARBALHO, 2022, p. 37)

Figura 4 – Faixas espalhadas pelo Complexo do Alemão



Fonte: Beto Fábio/Coletivo Papo Reto. (Rio On Watch, 2020).

3.1.2 Paineis Fala Roça - Rocinha

A presença consolidada de um jornalismo comunitário foi fundamental para agilizar a construção de conteúdos informativos sobre a situação do coronavírus em vários territórios vulnerabilizados do Brasil. Inúmeros grupos auto-organizados coordenam ações para comunicar, informar e auxiliar suas comunidades durante a crise pandêmica reportando notícias e relatórios muitas vezes em tempo real para milhares de pessoas. Na Rocinha, segunda maior favela do Brasil, a mobilização coletiva contou com o auxílio do jornalismo comunitário do *Jornal Fala Roça* que compilava os dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro e divulgava diariamente para os moradores da comunidade através do Painel Covid-19 na Rocinha (Figura 5). Além da produção de gráficos que mostravam o avanço do coronavírus pela favela, o grupo realizou diversas ações de comunicação para informar a população local sobre a doença e combater as *fake news* que se espalhavam rapidamente.

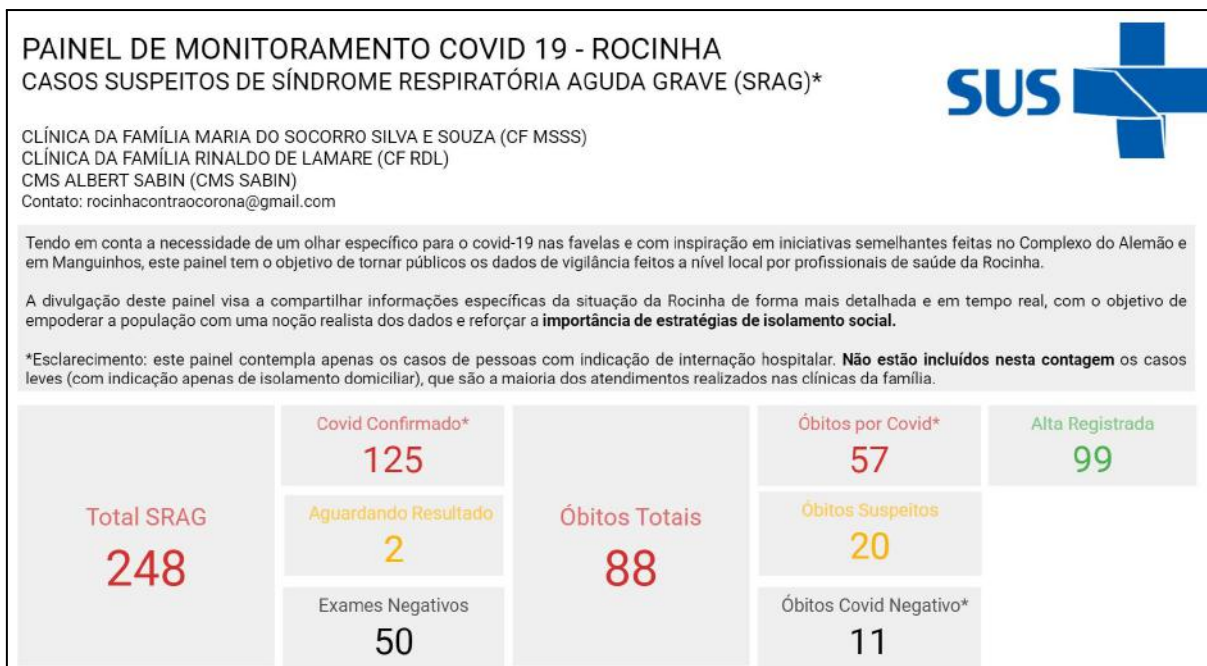
Figura 5 – Painel Covid-19 na Rocinha



Fonte: Fala Roça (Painel, 2020).

Em paralelo, um grupo de funcionários das Unidades Públicas de Saúde da Rocinha elaborou um painel (Figura 6) que indicava a quantidade de casos confirmados, recuperados e de mortes na favela. Inspirados pelas iniciativas de monitoramento das Clínicas da Família situadas no Complexo do Alemão e em Manguinhos, o painel incorporava dados fornecidos por planilhas da vigilância sanitária e do sistema de verificação de exames de laboratório, além de informações compartilhadas por moradores e profissionais de saúde. Apesar da limitação de conter apenas os casos de moradores que tiveram indicação de internação hospitalar, o projeto conseguiu demonstrar que havia discrepâncias em relação aos dados divulgados pelo painel da prefeitura. Em determinado período eles chegaram a identificar uma diferença de 145% no número de óbitos (Garcia; Barbon, 2020).

Figura 6 – Painel de Monitoramento Covid-19 Rocinha



Fonte: Equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco (2020).

É importante ressaltar que o trabalho conjunto de profissionais da saúde, moradores e organizações da sociedade civil no enfrentamento da covid-19 na Rocinha descende de experiências no combate à outra doença infecciosa: a tuberculose. A formação urbanística da favela da Rocinha, com casas muito próximas em ruas estreitas que não permitem uma iluminação solar e circulação de vento abundante, propicia a propagação da bactéria que causa a tuberculose fazendo com que a favela tivesse uma das mais altas taxas de incidência da doença no município (Silva; Sousa; Sant'anna, 2014). Até o ano de 2003 a Rocinha contava apenas com um posto de saúde que atendia todas as demandas de saúde da comunidade, porém, com a mobilização de moradores e movimentos sociais foi implantado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) que tinha como principal objetivo controlar a tuberculose no território. Por meio do PACS moradores passaram a atuar no auxílio do diagnóstico e tratamento da doença, ampliando o acesso à saúde dos seus conterrâneos.

3.1.3 Maré Diz Não ao Coronavírus - Complexo da Maré

A criatividade foi um recurso utilizado por diversas favelas para comunicar e mobilizar a população durante a pandemia. No Complexo da Maré, carros de som e pessoas circulavam com megafones por ruas e vielas divulgando informações importantes sobre a covid-19, dados estatísticos foram desenhados em muros, faixas penduradas, conteúdos foram produzidos em formato de texto, vídeos, podcast, radionovelas e difundidos por redes sociais, grupos de WhatsApp, blogs, rádios, e jornais da comunidade. As mídias comunitárias foram encontrando diversos caminhos para que a informação chegasse até os moradores. A tática dos "painéis do corona" grafitados pelo bairro (Figura 7), por exemplo, foi uma alternativa para conseguir alcançar os residentes que não tinham acesso à internet, além de ser uma ferramenta que trazia o impacto necessário para que os moradores compreendessem a realidade enfrentada e se atentassem para o avanço do vírus pelo território (Rodrigues, 2020b).

Figura 7 – Painel em grafite no Complexo da Maré



Fonte: Frente de Mobilização da Maré (Veloso; Martins, 2020).

Grupos instruíam e ao mesmo tempo produziam uma divulgação científica que verificava e validava informações de fontes seguras e confiáveis a partir do recurso da “viração” (Telles, 2006), isto é, as múltiplas técnicas de se fazer resistir

perante a avalanche de precariedades que se sobrepõe a vida da população favelada. Essa habilidade de “se virar com o que se tem” faz parte das formas ancestrais de resistência da população favelada que luta pelo seu direito de existir, de ter um território, segurança, saúde, educação...o direito a ter direitos.

No Complexo da Maré, a arte de “se virar” ocorre desde a sua ocupação na década de 1940, quando os moradores passaram a suprir as próprias faltas e carências cotidianas através da construção de movimentos associativos que se mobilizam para fazer chegar infraestrutura urbana, lazer, cultura, etc. Esse histórico de luta e resistência nas favelas contribuiu para que em menos de um mês da confirmação do primeiro caso de covid no Estado do Rio de Janeiro¹¹, e cerca de um dia da confirmação do primeiro caso em favelas da capital¹², a organização social Redes da Maré, em parceria com lideranças comunitárias e instituições privadas, criasse a Frente de Mobilização da Maré para divulgar informações e recomendações da OMS a respeito da covid nas 16 favelas que compõem o Complexo da Maré (Martins, 2023). O plano de comunicação foi pensado para alcançar os diversos residentes da favela e foi a partir de ações de divulgação, que contemplavam uma linguagem que dialogava com a realidade local, que surgiu a campanha *Maré Diz Não ao Coronavírus*, um projeto social que buscou garantir coletivamente as necessidades emergências da população mareense em meio à crise sanitária.

Assim como em outros territórios periféricos, a campanha aconteceu em várias frentes atuando na segurança alimentar e nutricional com entrega de cestas básicas e quentinhas; atendimento à população em situação de rua; cuidado e prevenção em saúde; geração de trabalho e renda; apoio à artistas, produtores e grupos culturais locais; e a produção e difusão de informações e conteúdos que eram produzidos em diversos formatos para atender diferentes grupos sociais (Redes da Maré, 2020a).

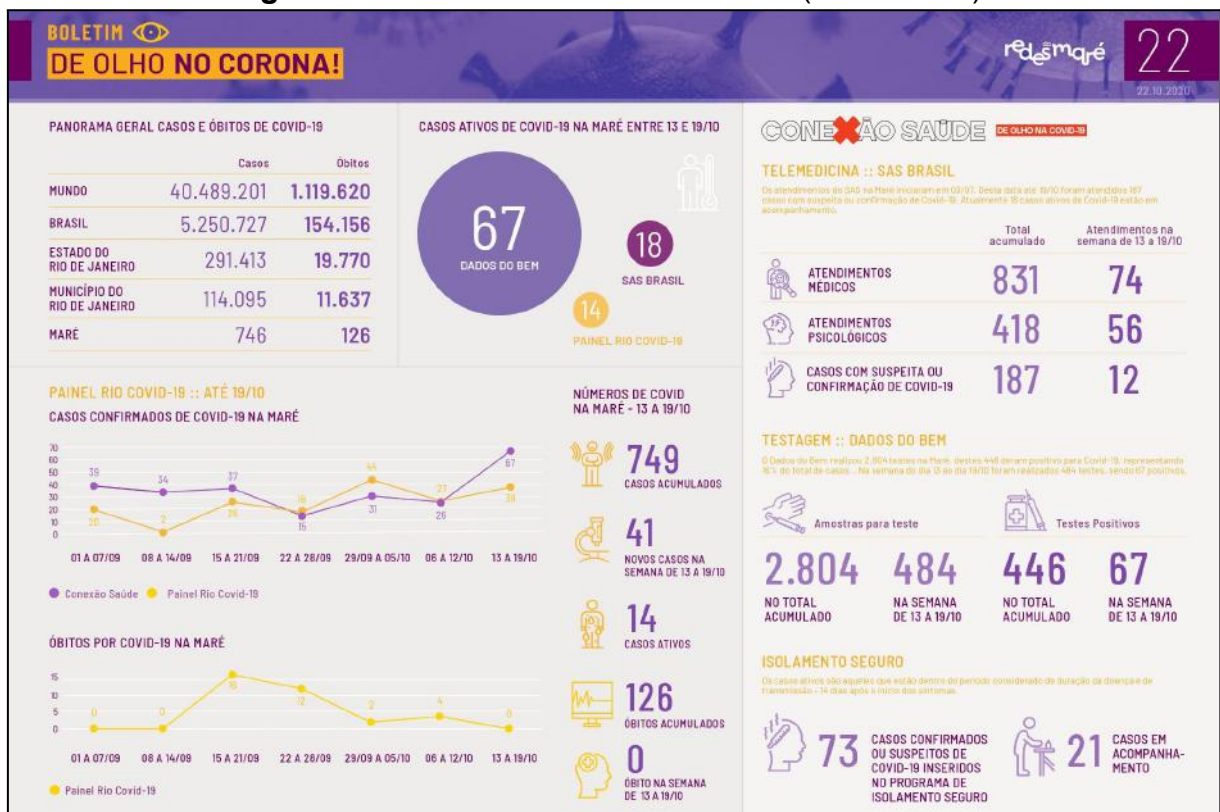
Um dos projetos de destaque da campanha foi a divulgação cidadã promovida pelo Boletim “*De Olho no Corona!*”, que sistematizou o monitoramento do número total de pessoas sintomáticas na Maré a partir dos casos notificados pelo Painel Rio COVID-19 da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos dados primários levantados *in loco*,

¹¹ O primeiro caso de covid-19 no Estado do Rio de Janeiro foi confirmado no dia 5 de março de 2020 pela Secretaria Estadual de Saúde.

¹² O primeiro caso de covid-19 em favelas foi confirmado no dia 22 de março de 2020 pela Secretaria Municipal de Saúde. Para mais informações ver Sabóia (2020).

de forma independente pela própria equipe da Redes da Maré e parceiros. A coleta autônoma acontecia através de uma busca ativa via entrevistas sociais aos beneficiários de cestas básicas e por meio de relatos fornecidos por moradores, lideranças comunitárias e outras organizações que atuavam na Maré. Para atender a essa demanda foi criado um canal online de atendimento diário, no qual o contato era feito previamente por e-mail e depois por uma escuta ativa conduzida por advogados, assistentes sociais e psicólogos (Redes da Maré, 2020a). Ao final as informações de casos suspeitos, confirmados e de óbito eram validadas e inseridas num banco de dados.

Figura 8 – Boletim De Olho no Corona! (22/10/2020)



Fonte: (Redes da Maré, 2020b).

Ao todo foram publicados 44 boletins, entre março de 2020 e janeiro de 2022, que atualizavam recorrentemente os números da covid no conjunto de favelas da Maré. A sistematização dessas informações se desdobrou no projeto *Painel dos Invisíveis* (Figura 9) que traçou um perfil social das vítimas da covid na Maré a partir de variáveis sociodemográficas. O projeto surgiu como uma forma de mostrar as imprecisões das estatísticas governamentais que não condiziam com a realidade

experienciada pelos residentes da Maré. Ao qualificar os dados da covid na Maré, a Frente de Mobilização produziu subsídios para questionar e aprimorar as políticas públicas de combate à pandemia que para além do problema das subnotificações dos casos, tinha lacunas causadas pela falta de informações sobre o perfil das pessoas sintomáticas como raça, gênero e faixa etária.

Figura 9 – Painel dos Invisíveis



Fonte: Maré de Notícias (Painel, 2022).

De acordo com os próprios organizadores do projeto (Redes da Maré, 2020a), a construção rápida e regular desses materiais informativos só foi possível por causa da capilaridade social e territorial da Redes da Maré. A organização, fundada por moradores e ex-moradores do Complexo da Maré, já atuava a mais de duas décadas elaborando projetos e ações que serviram de base para a implementação do Boletim “*De Olho no Corona!*”. Em 2013 a Redes da Maré, em parceria com o Observatório de Favelas, produziu o Censo Maré, um recenseamento popular que mapeou a realidade demográfica, sociocultural e econômica do conjunto de favelas da Maré, e produziu conhecimentos demográficos e cartográficos que foram de extrema importância para situar e dimensionar as demandas dos residentes que mais necessitavam do apoio da campanha. Com acesso a base de dados que cobria todo o arruamento da Maré eles conseguiram identificar as residências com menor renda per capita e com presença de grupos de risco. Esse conhecimento permitiu a estimativa numérica de quantas famílias estariam em situação de maior vulnerabilidade carecendo de um atendimento prioritário durante a pandemia.

Além disso, foi importante a experiência prévia adquirida no atendimento à população pelo projeto *Maré de Direitos*, que desenvolveu uma metodologia de atendimento à população visando ampliar o acesso a direitos por meio de acolhimento sociojurídico e psicossocial, e o conhecimento acumulado na produção do projeto *De olho na Maré*, que coletava e sistematizava informações sobre situações de violência na Maré em formato de boletins desde 2016. O acúmulo desses saberes possibilitou a construção de boletins epidemiológicos que serviram como fonte para a produção de ações e políticas públicas mais efetivas, bem como ampliaram o debate público com informações que passaram a ser utilizadas por pesquisadores e veículos midiáticos nacionais e internacionais (Redes da Maré, 2020a).

3.1.4 Alerta Santa Marta e Coronazap Borel

Na favela Santa Marta, situada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, a associação de moradores liderou as ações para mitigar os efeitos da covid-19 no território. Por meio das conexões pré-estabelecidas com outras lideranças comunitárias, eles produziram campanhas assistenciais e um projeto arrojado de

sanitização contra o coronavírus (Figura 10) que se tornou referência para outras comunidades. Devido ao capital de redes acumulado, moradores conseguiram se articular para comprar equipamentos, roupas de proteção e aprender as técnicas de pulverização dos produtos químicos. Segundo Thiago Firmino (Lima, 2020), um dos criadores do projeto, as ações de sanitização começaram no improviso, mas logo foram ficando mais qualificadas com as doações de produtos mais eficientes e com o auxílio técnico de pesquisadores biólogos e químicos da Fiocruz.

Figura 10 – Campanha de sanitização Santa Marta contra o Covid-19



Fonte: Firmino; Firmino, 2020.

Os conhecimentos adquiridos no processo de sanitização foram compartilhados com outras favelas e bairros periféricos do Brasil que passaram a reproduzir a metodologia de lavagem bissemanal das ruas. As trocas constantes ocasionaram na criação de uma Rede Autônoma de Sanitizadores de Favela, que executou uma série de mutirões e ações conjuntas, "compartilhando equipamentos, saberes e tecnologias" (Menezes; Mano, 2020, p. 3). Thiago descreveu sobre essas trocas entre moradores de diferentes territórios:

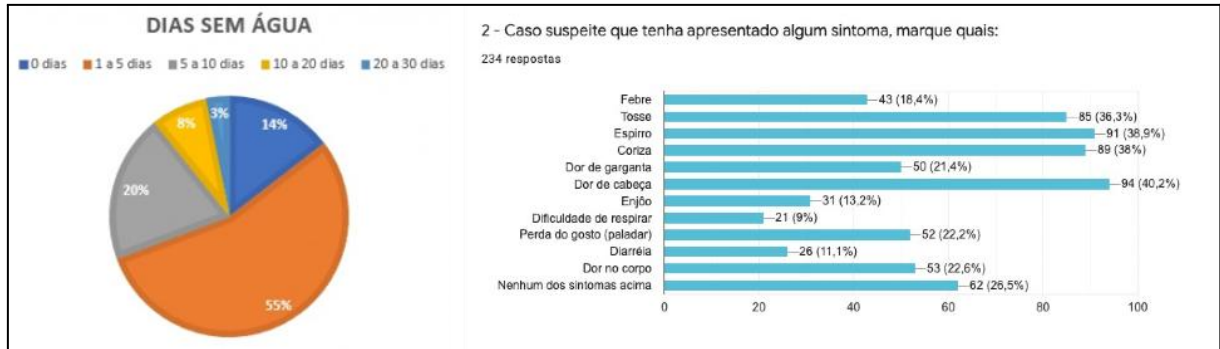
Em muitos casos, a gente foi treinando a galera de outras favelas, foi articulando e tentando incentivar que os grupos fizessem vaquinhas pra comprar os equipamentos e fazer na favela de cada um. A gente aprendeu a não ficar misturando água sanitária com bicarbonato de sódio, porque tem gente que mistura as substâncias e fica correndo risco. Tivemos que

entender a diluição, aprender a diluir, aprender a higienizar as casas de um modo correto. Já fizeram nas favelas da Providência, Pavão-Pavãozinho, Tabajaras e vai ter também em Jesus de Nazareth, no Espírito Santo. Tem uma comunidade quilombola em uma ilha no Amapá que também dei toda a orientação, expliquei tudo, passei todos os conhecimentos. Tinha uma favela na Bahia também, que eu dei toda a orientação pro cara, de como fazer lá e ele falou que ia montar um grupo também. (Menezes; Mano, 2020, p. 8-9)

Além de compartilhar conhecimentos, os moradores do Santa Marta contaram com a experiência prévia que possuíam para atuarem no levantamento de informações e na produção de relatórios sobre os casos de covid na região. Desde 2018 a favela conta com o projeto Alerta Santa Marta, um sistema de comunicação comunitária que compartilha informações, monitora e busca solucionar problemas do cotidiano local. Por meio de um sistema integrado por três grupos na plataforma de mensagens instantânea WhatsApp, cerca de 700 moradores interagem e dialogam coletivamente em um processo de fiscalização cidadã que Mano e Menezes (2021) identificam como um método de “contra-vigilância”, isto é, uma forma de monitoramento que se contrapõe aos modelos de vigilância e controle exercidos por esferas governamentais e corporativas.

A iniciativa funciona da seguinte maneira: geralmente, o espaço de interações no WhatsApp fica interditado pelo moderador, para evitar que informações dispersas sejam postadas ou que pessoas escrevam assuntos que fogem dos objetivos centrais. No entanto, quando alguma situação indeterminada surge na favela, esse moderador é acionado por algum morador. De forma rápida, ele avisa o que está ocorrendo e abre o espaço de mensagens para discussão e debate. Os participantes passam a poder escrever livremente, enviar áudios, fotos e vídeos. Assim, inicia-se um “processo de investigação” coletiva com a problematização do que está ocorrendo, a apresentação de hipóteses e a realização de testes, até que a situação se estabilize e o moderador possa encerrar o espaço para discussão. (Mano; Menezes, 2021, p. 150)

Na concepção de Mann, Nolan e Wellman (2003), essa resposta de “vigilância inversa” ou “desde baixo” (*Sousveillance*), se apresenta enquanto uma tática performática, participativa e subversiva no qual a população se apropria das ferramentas de controle social para tensionar as relações de poder. Plataformas de mídias sociais como o WhatsApp se tornaram um meio para que grupos possam se organizar para defender seus interesses (Mano; Menezes, 2021). Durante a pandemia, o Alerta Santa Marta operou dessa forma ao montar um sistema de monitoramento dos casos de covid nos grupos de WhatsApp a partir do envio de questionários que identificava os moradores que estavam contaminados ou com suspeitas de infecção (Figura 11).

Figura 11 – Resultados dos questionários do Alerta Santa Marta

Fonte: Firmino; Firmino (2020).

O mapeamento coletou e visibilizou um cenário que não estava sendo retratado pelas estatísticas governamentais, como o fato de que a maioria dos residentes entrevistados relataram ter sintomas gripais e que mais de 90% deles não tinham passado por qualquer tipo de exame de detecção da covid. O resultado de cinco ciclos de pesquisas revelou a falta de acesso à testagem e a precarização do atendimento à saúde na favela (Firmino; Firmino, 2020), fornecendo subsídios para pressionar o poder público a agir em suas competências.

Em meio às restrições de circulação impostas pela covid-19, o WhatsApp se tornou um dos dispositivos de comunicação mais utilizados para o monitoramento independente em regiões periféricas do Brasil. Como a maior parcela da população pobre tinha acesso à internet por meio da conexão móvel de celulares, era fácil utilizar a ferramenta que é disponibilizada gratuitamente e sem cobrança de consumo de internet pelas principais operadoras do país. No Morro do Borel, situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o Laboratório de Estudos do Borel (LeB) recorreu ao WhatsApp para criar o *CoronaZap*, um canal de apuração dos casos suspeitos e confirmados de covid nas favelas da região da Tijuca. O acompanhamento era feito a partir de trocas de mensagens com moradores que relatavam os sintomas que sentiam e se possuíam alguma doença pré-existente — informação que poderia auxiliar na identificação de casos de risco. A partir disso uma equipe de voluntários da área da saúde entrava em contato para informar se o morador precisaria procurar ajuda médica ou não.

Assim como os projetos citados acima, a iniciativa surgiu como uma maneira de driblar as lacunas informacionais dos canais oficiais de comunicação da

governança pública. O principal problema identificado pelos moradores era que o painel de monitoramento da prefeitura contabilizava os casos pelos bairros do município, o que dificultava o conhecimento sobre a quantidade de infectados no território do Borel.

A abordagem metodológica utilizada pela prefeitura gerou inúmeras controvérsias (Izaga *et al.*, 2022; Britto *et al.*, 2020; Fernandes, 2020). Conforme apontado por especialistas como o geógrafo Dalcio Marinho (Redes da Maré, 2020c), os números precisavam ser interpretados por outros ângulos que fossem além da leitura dos números da covid-19 por bairro, considerando variáveis como o acesso à testagem, acesso aos cuidados de atenção básica de saúde sob determinados grupos sociais e, especialmente as configurações político-territoriais que extrapolam o conceito de bairro. Marinho argumenta que mensurar a disseminação do coronavírus na cidade pela tipologia urbana dos bairros contribuía para que moradores de favelas acometidos pela doença pudessem estar sendo notificados como se morassem em bairros vizinhos. Durante a maior parte de 2020, por exemplo, a taxa de prevalência da covid, que indica a proporção de pessoas acometidas pela doença em uma área geográfica por determinado momento, foi liderada pelo bairro de Bonsucesso, que faz limite com favelas como o Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Mangueiras, e a segunda maior taxa de prevalência foi do bairro da Gávea que é vizinha à Rocinha (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2020; Redes da Maré, 2020c).

3.2 Uma rede de solidariedade: o painel unificador da covid-19

As diversas articulações e experiências de monitoramento e produção autônoma de dados desenvolvidas nos primeiros meses da pandemia no Rio de Janeiro se desdobraram em um movimento de cooperação e solidariedade entre favelas que inspiraram a criação do *Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro* (PUF). A iniciativa foi elaborada por uma coalizão de coletivos e organizações da sociedade civil de base comunitária, que tinha no papel de coordenação a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat), uma rede colaborativa que atua desde 2000 no apoio e fortalecimento de moradores de favelas do Rio de Janeiro e além. A partir de uma parceria com o *Environmental*

Systems Research Institute, Inc. (ESRI), uma empresa estadunidense especializada no desenvolvimento de um software de mapeamento e análise de dados espaciais baseado na tecnologia de Sistema de Informação Geográfica (SIG ou GIS - *Geographic Information System*, em inglês)¹³, a coalizão lançou no dia 9 de julho de 2020 o painel online (Figura 12) que agregava as informações sobre os casos prováveis, confirmados e de óbitos que estavam sendo coletados de forma autônoma nas favelas, além dos disponibilizados por órgãos governamentais e veículos de imprensa.

Figura 12 – Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro



Fonte: (PUF, 2022).

De acordo com a coalizão, o objetivo principal do PUF era “apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas necessárias, além de fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas” (PUF, 2020). Ao longo de um pouco mais de dois anos, o projeto mapeou mais de 230 mil casos e 8.600 óbitos a partir de um processo de apuração feito majoritariamente por relatores comunitários que coletavam informações diretamente em seus territórios. Os dados consolidados foram apresentados em coletivas de imprensa que alertavam para a escalada da covid-19 e da situação de vulnerabilidade das favelas monitoradas. Segundo os organizadores do PUF (2021) a realização das coletivas foi uma

¹³ O SIG é uma tecnologia utilizada para criar, gerenciar, analisar e mapear dados espaciais, de modo a conectar dados geográficos à dados de localização.

decisão coletiva que surgiu nas reuniões que aconteciam semanalmente¹⁴ entre os integrantes.

Nestas reuniões, que servem também como espaços de **troca de afetos** onde a situação pesada da pandemia é relatada através das próprias lideranças locais, **momentos críticos ao longo da pandemia foram sendo percebidos antes mesmo de serem relatados na imprensa**. Assim foi percebida a importância de se realizar as coletivas. (PUF, 2021, grifo nosso).

A partir das falas dos organizadores, é possível compreender que as trocas, tanto de afeto quanto de saberes, foram primordiais para o sucesso das ações coletivas em um contexto de risco. Diante da escassez de políticas públicas voltadas para o controle da pandemia nas favelas e da crise de desinformação que ampliou o volume de informações falsas ou equivocadas sobre o coronavírus (Massarani *et al.*, 2021), a coleta, monitoramento e divulgação dos dados precisava de um nível elevado de integração e coesão que assegurasse a articulação entre diferentes atores situados em múltiplos territórios. Assim sendo, os vínculos afetivos comunitários pré-existentes entre as comunidades faveladas conformaram um capital social de ponte que manteve a eficácia do PUF. Como dialoga Nepomuceno e colegas (2017), os vínculos afetivos comunitários são um caminho para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, principalmente para aqueles que se encontram em uma condição de maior vulnerabilidade.

Com o tempo, novos grupos foram se somando ao projeto como a Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras e Articuladoras Sociais (A.M.I.G.A.S) do município de Itaguaí, que já realizava o trabalho de coleta de dados em cinco favelas, mas não publicizavam os resultados por não possuir infraestrutura para tal. A contribuição coletiva também contou com a assistência técnica de pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), que otimizaram o monitoramento com o desenvolvimento de uma técnica de identificar as áreas de influência de CEP para qualquer favela (PUF, 2021). O trabalho de produção e monitoramento dos dados em conjunto com pessoas com experiências distintas contribuiu para a expansão das áreas de monitoramento que saiu de uma análise que contemplava 122 favelas para uma cobertura de 228 favelas em menos de seis meses de atuação (Gracie *et al.*, 2021, p. 262). Não obstante, a participação ativa de pessoas situadas nos territórios favelados foi um

¹⁴ Durante o ano de 2020 as reuniões aconteceram de forma semanal e a partir de 2021 passaram a ser quinzenais. (PUF, 2021).

elemento central que possibilitou que o painel pudesse trazer dados mais consistentes para pressionar o poder público pela implementação de políticas públicas necessárias para reduzir o impacto da covid-19 nas favelas. Essa reflexão é mais perceptível ao se observar a metodologia do PUF e seus efeitos sobre a vida da população favelada.

3.2.1. A metodologia do painel

Desde o início de seu funcionamento, o PUF aderiu a uma abordagem metodológica que preconizou a participação cidadã. Na plataforma havia uma parte dedicada à inscrição de novos voluntários para serem relatores dentro de suas comunidades. O cadastro era realizado por meio de um formulário que identificava se o candidato já realizava alguma coleta e processamento de dados sobre a covid, se já pertencia a alguma organização, grupo ou coletivo e como gostaria de colaborar na captação de dados para o painel. Para que não houvesse sobreposição de dados, a coalizão selecionava apenas um relator para cada favela ou complexo. Devido às pluralidades e complexidades de cada território, a identificação teve distintos métodos como entrevistas presenciais, levantamentos por WhatsApp e formulários online (Gracie *et al.*, 2021, p. 256).

Além da indexação de dados coletados por relatores locais, eles incentivaram também que a população informasse sobre alguma suspeita de covid ou reportasse casos confirmados e de óbito, por meio de um formulário disponibilizado no *site* do projeto. As autodeclarações recebidas eram posteriormente processadas por um algoritmo que verificava se os sintomas comunicados correspondiam aos da covid-19. A chegada constante de novos dados e a conjuntura pandêmica, que a cada momento exigia novas demandas e conhecimentos, contribuiu para que a metodologia participativa do PUF fosse se aprimorando. O projeto foi se tornando uma fonte de referência para pesquisadores e jornalistas (Gracie *et al.*, 2021), o que fez com que os integrantes do projeto precisassem elaborar uma nota técnica¹⁵,

¹⁵ GRACIE, Renata; SCOFANO, Amanda. **Nota Técnica Nº. 1:** Painel Unificador Covid-19 nas Favelas. Rio de Janeiro: Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, 2020. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-10-Nota-Te%CC%81cnica-No.-1-do-Painel-Unificador-Covid-19-nas-Favelas.pdf>. Acesso em 14 abr. 2024.

lançada em dezembro de 2020, explicando os materiais e métodos utilizados no processo de monitoramento (PUF, 2021).

À medida que os moradores adicionam dados de seus sintomas à plataforma, pontos quentes de contágio se tornarão visíveis, informando áreas que requerem maior atenção e esforços de campanha para que famílias fiquem em casa. Com a participação dos relatores e outras fontes, a precisão dos dados de casos e óbitos confirmados também aumentará em relação aos dados publicamente disponíveis para as favelas, gerando uma visão mais clara do verdadeiro alcance da pandemia nas favelas do Rio. (PUF, 2020).

Outras fontes de dados vieram de painéis criados por organizações governamentais e não governamentais e, posteriormente, também pela utilização dos CEPs por área de influência. Todas as informações coletadas eram compiladas e atualizadas quinzenalmente no painel. Contudo, as múltiplas fontes de dados agregavam informações que, por vezes, divergiam entre si (Gracie *et al.*, 2021). Ao descrever os métodos implementados no PUF, Gracie e colegas (*Idem*) expõem que essas diferenças se davam por causa das diferentes abordagens de coleta, opacidades e lacunas estatísticas, que dificultavam o delineamento da realidade local. Ao trazerem o exemplo de quatro comunidades com os maiores números de casos no painel, que derivavam dos quatro tipos de fontes de dados utilizadas, eles apontam que as favelas que possuíam ações organizadas por lideranças locais apresentavam dados mais robustos, capazes de trazer mais informações sobre os casos e óbitos da covid-19.

Atuar próximo aos dados e às pessoas mais responsáveis pela prevenção nos territórios mais vulneráveis da nossa cidade, tem possibilitado uma compreensão maior da pandemia pelos integrantes. Durante as reuniões regulares, a troca de informações é muito rica, esclarecimentos são prestados e o apoio mútuo é garantido. (PUF, 2021).

Novamente, observa-se a importância da coesão social, das redes de apoio, para a eficácia da produção e monitoramento independente dos dados. O capital social de líderes comunitários, associações de moradores e organizações de base trazem confiança e contribuem para aumentar a qualidade dos mapeamentos e até mesmo na conquista de mais apoio externo para subsidiar o enfrentamento à crise pandêmica (Gracie *et al.*, 2021, p. 265). Todavia, mesmo com as conexões e redes de solidariedade, a organização do PUF precisou lidar com as limitações de mapear a situação da covid nas favelas em uma conjuntura desafiante, permeada por questões de segurança sanitária, disputas político-institucionais e dinâmicas culturais discordantes, além de enfrentar a dificuldade de preencher as lacunas de um descaso histórico de carência de dados sobre territórios favelados.

Um dos contratempos detalhados na nota técnica do painel foi a necessidade de adequar as camadas de informação espacial construídas a partir da base de dados geográficos do órgão de pesquisa e informação da Prefeitura do Rio de Janeiro, o IPP. O mapa básico de favelas e complexos publicado pelo IPP era de 2010 e por isso não apresentava as mudanças mais recentes nas formas de agrupamentos e nos nomes das favelas que sofreram alterações devido a sua natureza dinâmica (Gracie; Scofano, 2020). Para mais, os mapeamentos produzidos por órgãos governamentais, como o IPP, tendem a apresentar o problema dos vazios cartográficos, que deixam de representar com qualidade os territórios favelados.

Para superar esses obstáculos, os organizadores do PUF recorreram a uma metodologia que incorporou as percepções dos membros das comunidades sobre os seus próprios territórios. Os envolvidos no desenvolvimento do painel buscavam checar as informações de domínio público governamental com os moradores locais verificando, por exemplo, erros nos mapas ou se o nome de determinada favela era reconhecido pelos residentes (PUF, 2020, p. 9). As alterações nos mapas eram feitas de forma coletiva e, inclusive, os mapas das favelas dos municípios da baixada fluminense foram desenhados a partir das trocas e diálogos com as lideranças locais. Gracie e Scofano (2020, p. 6) descrevem que até o final de 2020 cerca de 26 favelas tiveram seus nomes alterados para reproduzir a nomenclatura reconhecida pelas suas comunidades, 39 favelas dentro de complexos foram ajustadas para refletir agrupamentos reconhecidos e novas favelas, representadas por 19 polígonos, foram adicionadas ao mapa.

A metodologia participativa do PUF repercutiu positivamente no combate da covid-19 nas favelas monitoradas, a participação da população auxiliou em uma maior identificação de casos de subnotificação, no fortalecimento de ações assistenciais direcionadas a esses territórios e na ampliação do debate público sobre a urgência na implementação de políticas que reduzissem os impactos do novo coronavírus. Por outro lado, a articulação coletiva extrapolou o contexto de fragilidade pandêmica ao jogar luz sobre outras questões que incidiam sobre as realidades dos que vivem às margens. Os dados do Painel Unificador foram uma peça importante para o avanço na luta por direitos, na expansão da cidadania e da autonomia popular e, principalmente, no fortalecimento do autoconhecimento dos

moradores de favelas sobre si (Menezes; Magalhães; Silva, 2021; Fleury; Menezes e Magalhães, 2021; Gracie *et al.*, 2021; Maciel; Gonçalves, 2021).

3.3 A rede de solidariedade e ativismo transcende a pandemia

Ao contar e mapear os casos subnotificados, confirmados e de óbito do coronavírus, moradores de favelas construíram novos caminhos de possibilidades para seus territórios e foram além. A produção e monitoramento comunitário se colocou como uma forte ferramenta de disputa narrativa que trouxe visibilidade para a rotina de precarização e violência ao qual essa população é submetida. De acordo com Gracie e colegas (2021) a divulgação realizada pelo PUF é um exemplo nítido de ciência cidadã. O painel envolve a comunidade num nível local, em uma estrutura de ativismo desde baixo, que entrelaça as experiências cotidianas, os saberes populares, com a produção de conhecimentos e métodos científicos. Ou seja, trata-se de um movimento que pode desestabilizar as relações de saber-poder ao permitir um protagonismo da população não só no fornecimento de dados, mas no desenvolvimento de metodologias próprias que incorporam as particularidades e complexidades de suas vivências e territórios.

Esse movimento de reconhecimento de outras epistemologias, das produções feitas a partir das margens, estimulado pelo PUF e outras produções de monitoramento independente de dados tem produzido novas dinâmicas sociopolíticas e provocado a atualização dos debates acerca das metodologias estatísticas empregadas pelo Estado, como a revisão das nomenclaturas das favelas, até então conhecidas pelo termo pejorativo de aglomerados subnormais.

Na primeira nota técnica, lançada em dezembro de 2020, a equipe do PUF já trazia como proposta de encaminhamento a viabilidade do painel auxiliar na discussão sobre a terminologias empregadas para classificar as favelas a partir da abertura de diálogo com órgãos como o IPP e o IBGE (Gracie; Scofano, 2020, p. 17). Em 2023, três anos após a criação do PUF, ocorreu a realização do “I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil”, organizado pelo IBGE. O evento reuniu diferentes atores envolvidos com a temática das favelas e comunidades urbanas para discutir novas abordagens, especialmente, no que diz respeito à produção, análise e

disseminação de informações estatísticas (Encontro [...], 2023). Um dos resultados mais significativos desse encontro foi a substituição da nomenclatura “aglomerado subnormal”, utilizada pelo IBGE desde 1991 para se referir a favelas e territórios populares nos Censos Demográficos, pelo termo “favelas e comunidades urbanas”.

Essa mudança representa um passo na ressignificação de um paradigma urbanístico, pautado em uma perspectiva hegemônica de modernidade (Haraway, 2009; Quijano, 2005; Dussel, 1993), que ao longo dos séculos estigmatizou, subalternizou e desumanizou o sujeito favelado. A consideração dessa mudança por parte do poder público demonstra o potencial que iniciativas de produção independente de dados possuem em questionar a autoridade dos fatos, convidando o Estado e seus agentes a reconfigurar metodologias, narrativas e formas de atuação. Como aponta Rolnik (2023):

A substituição do termo “aglomerado subnormal” é, dessa forma, mais que uma troca de nome. É toda a economia política de nossas cidades e as fronteiras de direitos e estigmas que estão sendo revistas. E é muito importante, logo histórico, que essa mudança esteja sendo discutida a partir destes territórios, com as organizações populares das favelas, periferias e dos múltiplos nomes que os assentamentos populares têm em nosso país.

Os dados produzidos por comunidades faveladas durante a pandemia trouxeram também a possibilidade de construir novos debates acerca da democratização de serviços de interesse comum como políticas de saneamento básico (Quintslr; Brito; Dias, 2020), segurança pública (Hirata; Grillo; Dirk, 2021) e saúde (Gracie *et al.*, 2021).

Ao fazer ver a pandemia nas favelas, os painéis também parecem fazer ver as próprias favelas, em sua dimensão fenomenológica, como uma forma urbana específica na qual se atualizam determinadas questões da cidade, suas dinâmicas de segregação, bem como as lutas e potências tecidas cotidianamente nessas localidades. Nesse sentido, buscam operar um deslocamento prático-discursivo do modo como costumam aparecer aos aparatos midiáticos e estatais ao torcerem os enquadramentos que as constituem quase sempre a partir de signos negativos, cujos efeitos costumam se resumir ou a práticas violentas de controle ou à precariedade no fornecimento de serviços públicos. (Menezes; Magalhães; Silva, 2021, p. 118)

Em suma, a produção e monitoramento independente de dados nas favelas transcendeu a pandemia da covid-19 e se colocou como um caminho para se pensar a participação social nos processos decisórios, como na construção e gestão de políticas públicas. Ao deslocar o olhar para as experiências dos sujeitos, acolher suas multiplicidades e considerar as dinâmicas que incidem sobre seus territórios,

essas práticas comunitárias dão subsídios para se aceitar outras interpretações de um problema público, “como uma indicação dos caminhos pelos quais as realidades existentes podem ser modificadas.” (James, [1907] 1974, p. 12). Assim sendo, torna-se possível também a ressignificação do conceito de ação pública na qual se defende a possibilidade de que o processo de formulação de políticas públicas possa partir da sociedade para o Estado em um movimento de baixo para cima.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se evidenciar o quanto que as produções independentes de dados que ocorreram nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da covid-19 foram uma estratégia de sobrevivência para superar as lacunas, vazios e silêncios causados por um longo processo de atuação seletiva de um Estado que se apropria de narrativas quantitativas para exercer poder e controle. Com o arcabouço da sevirologia, moradores e voluntários construíram uma rede de apoio e mobilização que produziu metodologias próprias para contar e recontar a favela a partir dela mesma. Ao se (re)contarem esses grupos e seus aliados disputaram uma verdade sobre os números da covid na favela, mas mais do que isso, pleitearam uma nova representação de si, se opondo à discursos oficializados e dicotomias reducionistas (Fleury; Menezes; Magalhães, 2021).

No processo de descrição das iniciativas foi possível depreender que os projetos de mapeamento dos casos de coronavírus aconteceram de forma rápida e integrada devido ao associativismo comunitário que existe desde o surgimento das primeiras favelas. As articulações, trocas e afetos contribuíram para a eficácia das iniciativas e para a construção do PUF, um painel de monitoramento que agregou informações sobre a covid-19 em diversas favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Mesmo com o fim da pandemia, a prática da produção de informações sobre a realidade das favelas desencadeou novos debates e dinâmicas sociopolíticas que colocam esse movimento como “inovações marginais” (Tarrow, 2009) que podem desafiar os poderes hegemônicos ao reivindicar as múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Assim sendo, defende-se a importância de que mais estudos se debrucem sobre esses movimentos de produção independente que apresentam potencial de expandir a participação cidadã nos processos deliberativos, possibilitando um espaço mais democrático, onde as políticas públicas deixam de ter um fim em si mesmas e passam a ser um caminho para a solução das controvérsias, dos problemas coletivos, tornando-se, assim, instrumentos capazes de transformar não só a realidade das favelas, mas também a própria democracia.

REFERÊNCIAS

#DadosSalvamVidas - Conheça o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas. Produção, direção e Roteiro: LabJaca. Gravação e edição: Max Chagas. Diretor de som: Gerente. [S. l.], 2020. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Instituto Decodifica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBg3Y0pehKw>. Acesso em: 4 set. 2024.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 25-40, ago. 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2185/1324>. Acesso em: 9 set. 2024.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, v. 14, n. 37, p. 33-46, 1994.

ABRUCIO, Fernando Luiz *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 663-677, 2020.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-44.

AFROREGGAE e a Plataforma Social Tá No Mapa. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Afroreggae. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UD9DiPHaSR8>. Acesso em: 4 set. 2024.

ALEGRETTI, Laís. Covid: testes insuficientes e desorganizados deixam Brasil no escuro para controlar a pandemia. **BBC News Brasil**, Londres, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57163793#:~:text=Procurado%20pela%20BBC%20News%20Brasil,de%20testes%20RT%20DPCR%20realizados>. Acesso em: 9 set. 2024.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A política dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro. Espaço, disciplina e degeneração. **Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 13, p. 1-20, 2020.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ANDERSON, Margo. **The American census: a social history**. New Haven: Yale University Press, 1988.

ANGELO, Jussara Rafael; LEANDRO, Bianca Borges da Silva; PERISSÉ, André Reynaldo Santos. **Boletim Socioepidemiológico da COVID-19 nas favelas: análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por COVID-19 em favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 1, 2020, 47 p. Disponível em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

ARANGO, Vladimir Montoya. El mapa de lo invisible: silencios y gramática del poder em la cartografía. **Universitas Humanística**. Bogotá, Colombia, n. 63, p. 155-179, 2007.

ARAÚJO, Franciele Eunice; ANJOS, Rafael Silva; ROCHA-FILHO, Gilson Brandão. Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações. **Boletim de Geografia**, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017.

BARBALHO, Ana Paula Daltoé Inglês. A pandemia de covid19 e as respostas sociais das comunidades periféricas. 2022. 178 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado: o caso de St. Louis. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 03, p. 437-456, 2018.

BERNARDES, Júlio. Oscilações na distribuição de testes podem ter prejudicado resposta à pandemia no Brasil. *Jornal da USP*, [S. l.], 28 ago. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/oscilacoes-na-distribuicao-de-testes-podem-ter-prejudicado-resposta-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2024.

BOIS, Maria Clara Maciel Silva. Reforma Haussmann: cidade e sonho. **Revista Ímpeto**, n. 1, 2008. p. 12-14.

BOLETIM DEFEZAP. **DefeZap**. 2016. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/18w9m10IBmj_syQ0xNdLB3r5g0-TMtngolkq0hLl5vNo/edit?tab=t.0#heading=h.rqpb05cxr3ut. Acesso em: 17 obrunout. 2024.

BOLSONARO volta a minimizar pandemia e chama Covid-19 de 'gripezinha'. *O Globo*. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177>. Acesso em: 9 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 159-166.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, [1964] 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE). **Boletim Epidemiológico nº 07**. ESPECIAL: DOENÇA PELO CORONAVÍRUS 2019. 06 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2020/boletim-epidemiologico-no-7-boletim-coe-coronavirus.pdf/view>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

- BRITTO, Ana Lucia *et al.* **A pandemia de COVID-19 na RMRJ: impactos e desafios em uma ordem urbana marcada por desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais.** AS METRÓPOLES E A COVID-19: DOSSIÊ NACIONAL. 2020. Disponível em:
https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Rio-de-Janeiro_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf. Acesso em 4 ago. 2024.
- BRUBAKER, Anne M. "Who Counts? Urgent Lessons from Ida B. Wells's Radical Statistics." **American Quarterly**, v. 74, n. 2, 2022, p. 265-293. Disponível em:
<https://dx.doi.org/10.1353/aq.2022.0019>. Acesso em: 14 out. 2024.
- BRUM, Mario Sergio Ignácio. **“O povo acredita na gente”**: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2006.
- CAMARGO, A. DE P. R.. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 4, n. 3, p. 361–385, 2009.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A construção da medida comum: A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; DANIEL, Claudia. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. **Sociologias**, v. 23, p. 42-81, 2021.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; LIMA, Renato Sérgio de; HIRATA, Daniel Veloso. Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente. **Sociologias** [online], v. 23, n. 56, p. 20-40, 2021.
- CANNABRAVA, Melissa. Entenda como funciona a contagem dos casos de Covid-19 que são registrados no Painel Voz das Comunidades. Rio de Janeiro, **Voz das Comunidades**. 15 jul. 2020. Disponível em:
<https://homolog.vozdascomunidades.com.br/saude/entenda-como-e-feita-a-contagem-dos-casos-de-covid-19-que-sao-registrados-no-painel-voz-das-comunidades/>. Acesso em: 9 set. 2024.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209–224, 2020.
- CARDIANO, Jacqueline. Painel do Voz das Comunidades completa 2 anos divulgando casos de Covid-19 das favelas do Rio. Rio de Janeiro, **Voz das Comunidades**. 12 abr. 2022. Disponível em:
<https://vozdascomunidades.com.br/destaques/painel-do-voz-das-comunidades-completa-2-anos-divulgando-casos-de-covid-19-das-favelas-do-rio/>. Acesso em: 9 set. 2024.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CEASM - Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré. **Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000.** Rio de Janeiro: CEASM, 2003.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE *et al.* **O combate à pandemia Covid-19 nas periferias urbanas, favelas e junto aos grupos sociais vulneráveis:** propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à cidadania e da justiça social. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LV14NISJoTu3BeywneZBI96zwmqR7twN/view>. Acesso em: 6 set. 2024.

CENSO Maré 2000: quem somos? **O Cidadão**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 31, p. 12-15. agosto/2023. Disponível em: https://issuu.com/cidadaodamare2013/docs/31_completo?utm_medium=referral&utm_source=jornalocidadao.net. Acesso em: 4 set. 2024.

CESARINO, Letícia Maria Costa da Nóbrega; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas. Pandemic States of Exception and the Alt-science of Early Treatment for COVID-19 in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 4, p. 210-227, 2023.

CHOAY, Françoise. O urbanismo em questão. In: _____. **O Urbanismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 1-56.

COBO, Barbara; NETO, João H.; SIMÕES, André. Estatísticas públicas brasileiras: respostas, lacunas e desafios no combate à covid19. **Revista Brasileira de Estatística**, v.78, n. 244, p. 7-31, julho-dezembro 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Transformando o círculo interno: o desafio de Dorothy Smith à teoria sociológica. Tradução: Raquel Suely Cardoso da Conceição. **Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 196-209, abr. 2020.

CURRIE, Morgan; KNOX, Jeremy; MCGREGOR, Callum. **Data Justice and the Right to the City**. Edinburgh University Press, 2023.

CURTIS, Philip. O Novo Mundo. In: MICELI, Paulo. **O tesouro dos mapas. A cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

DESROSIÈRES, Alain. **Pour une sociologie historique de la quantification: L'Argument statistique I**. Paris: Presses des Mines, 2013.

DIDIER, Emmanuel; BRUNO, Isabelle. O “estatativismo” como uso militante da quantificação. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 82-109, 2021.

DUSSEL, E. 1492: **O Encobrimento do Outro:** a origem do “mito da modernidade”. Petrópolis: Vozes, 1993.

ENCONTRO Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil. **IBGE**. 2023. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/infofavela2023/apresentacao>. Acesso em: 25. jan. 2024.

EQUIPE do Dicionário de Favelas Marielle Franco. Painel Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro. **Wikifavelas**. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Painel_Covid-19_nas_favelas_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 11 set. 2024.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp, 2005.

FERNANDES, A. Coronel Vírus chegou. Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 35, p. 7–34, maio 2020.

FERNANDES, Luana Almeida de Carvalho; SILVA, Caíque Azael Ferreira da; DAMEDA, Cristiane; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Covid-19 em favelas cariocas: no limiar entre os direitos humanos e as desigualdades sociais. **Metaxy**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/469>. Acesso em: 13 ago. 2024

FERRAZ, Nicoli Santos. **Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro**: do vazio cartográfico ao espetáculo da integração. Rio de Janeiro, 2016. 172p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Sinésio Pires. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 17-25, 2003.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 828, p. 1-11, 2009.

FERREIRA, Cleiton. Arte da sevirologia nos territórios de conflitos. **Usina de Valores**. Vozes do Usina. 9. jun. 2020. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/arte-da-sevirologia-nos-territorios-de-conflitos/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Nota Técnica Observatório COVID-19**. Fiocruz. As fases da pandemia na cidade do Rio de Janeiro: evolução temporal da incidência e mortalidade no período de 06 de março de 2020 a 21 de agosto de 2021. Rio de Janeiro, 2021. 12 p. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nt_observatoriocovid_mrj_31ago2021-final.pdf. Acesso em: 04 set. 2024.

FIRMINO, Thiago; FIRMINO, Tandy. Painel Covid-19 Santa Marta. **WikiFavelas**. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Painel_Covid-19_Santa_Marta. Acesso em: 10 set. 2024.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direitos? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**: Ensaios de História Social. Campinas: Unicamp, 2006. p. 417-457.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 10, n. 2, p.75-92, 2020.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma; MAGALHÃES, Alexandre. Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 23, p. 256-279, 2021.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Lucas Magalhães. **A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de 'crise'**. Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GARCIA, Diego; BARBON, Júlia. Levantamento de médicos na Rocinha mostra 145% de mortes a mais que o divulgado pela prefeitura do Rio. **Folha de São Paulo**. 3 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/levantamento-de-medicos-na-rocinha-mostra-145-de-mortes-a-mais-que-o-divulgado-pela-prefeitura-do-rio.shtml>. Acesso em: 11 set. 2024.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; “Sou Messias, mas não faço milagre”. **G1**, Brasília, DF, 28 abr. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-e-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2024.

GEVAERT, Caroline M. et al. Evaluating the societal impact of using drones to support urban upgrading projects. **ISPRS international journal of geo-information**, v. 7, n. 3, p. 91, 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma cartografia geográfica crítica. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 8, n. 2, p. 67-79, 2004.

GONÇALVES, Rafael. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013, 408 p.

- GRACIE, R. *et al.* Painel Unificador Covid-19 nas Favelas: metodologia para dar visibilidade a territórios periféricos. In: FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam; VILLELA, Daniel Antunes Maciel. **Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 251-270.
- GRACIE, Renata; SCOFANO, Amanda. **Nota Técnica Nº. 1: Painel Unificador Covid-19 nas Favelas**. Rio de Janeiro: Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, 2020. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-10-Nota-Te%CC%81cnica-No.-1-do-Painel-Unificador-Covid-19-nas-Favelas.pdf>. Acesso em 14 abr. 2024.
- GREENFIELD, Adam. **Against the Smart City: A Pamphlet**. Do projects, 2013.
- GUEDES, Maurício da Silva. **“A música que toca é nós que manda”**: um estudo do “proibidão”. Orientadora: Monique Rose Aimée Augras. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins** [Online], n. 5. 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5e94/cd9f63f3eb787036ea2c83f8be371c3b92bb.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024
- HARLEY; Woodward. The map and the development of the history of cartography. In: HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (ed.). **The history of cartography: cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.
- HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, 2009.
- HENRIQUE, Victória. Aumento de Casos de Covid-19 em Meio a Apagão de Dados: A Importância do Trabalho de Organizações Comunitárias. **Rio On Watch**. 20 jan. 2022. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=60248>. Acesso em: 9 set. 2024.
- HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph; DIRK, Renato Coelho. Operações Policiais no Rio de Janeiro (2006-2020). Da lacuna estatística ao ativismo de dados. **Runa**, v. 42, n. 1, p. 65- 82, 2021.
- IGNÁCIO, Sérgio Aparecido. Importância da estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 118, p. 175-192, 2010.
- IZAGA, F.; D’AVILA, R.; BARBOSA, P.; MELO, A.; PAAPE, G. Geocodificação digital e a Covid-19: A velha disputa pelo território do atual urbanismo digital nas favelas. **PIXO**, v. 7, n. 22, p. 188-205, 2022.

JAMES, W. Pragmatismo – Textos Seleccionados. In: Victor Civita (ed.). **Coleção Os Pensadores**, vol. XL. São Paulo: Abril, [1907] 1974.

JUNQUEIRA, Diego. Ministério da Saúde cancelou compra de 14 milhões de testes de antígeno em 2021; exame está em falta hoje no país. **Repórter Brasil**, [S. l.], 17 jan. 2022. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2022/01/ministerio-da-saude-cancelou-compra-de-14-mil-hoes-de-testes-de-antigeno-em-2021-exame-esta-em-falta-hoje-no-pais/>. Acesso em: 9 set. 2024.

KAGE, Henry. **Afroreggae – Tá no Mapa...** Disponível em: <https://henrykage.com.br/project/tanomapa>. Acesso em: 4 set. 2024.

KAIKA, Maria. ‘Don’t call me resilient again!’: the New Urban Agenda as immunology... or... what happens when communities refuse to be vaccinated with ‘smart cities’ and indicators. **Environment and urbanization**, v. 29, n. 1, p. 89-102, 2017.

KLEIMAN, Mauro. Acabar com as favelas: parques proletários provisórios uma intervenção na prática. **R. Arquit**, v. 2, p. 16-22, 1978.

KRAUS, Lalita. Contra o fetiche tecnológico: repensar o planejar no contexto das cidades inteligentes. In: Fridman, F. (org.). **Quem planeja o território?** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1988.

LIMA, Tatiana. Por conta própria, morador de favela carioca organiza a higienização da comunidade. Rio de Janeiro, **Brasil de Fato**. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/por-conta-propria-morador-de-favela-carioca-organiza-a-higienizacao-da-comunidade>. Acesso em: 13 set. 2024.

LIRA, José Tavares Correia de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 47-78, 1999.

LOVEMAN, Mara. A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnoraciais no Brasil em uma perspectiva comparativa regional. **Sociologias**, v. 23, p. 110-153, 2021.

LOVEMAN, Mara. **National colors**: racial classification and the State in Latin America. New York: Oxford University Press, 2014.

LUIZA, Andreia; ANTERO, Kezia; MOTA, Polinho. **Cocôzap**: um guia sobre geração cidadã de dados. Rio de Janeiro: data_labe. 2024. Disponível em: <https://datalabe.org/cocozap-guia-gcd/>. Acesso em: 18 set. 2024.

MACIEL, Gláucio G; GONÇALVES, Rafael S. Mobilização nas favelas cariocas contra os impactos da pandemia da Covid-19. **Desigualdade & Diversidade**. n. 20, p. 66-88, 2021.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro**: entre formas de controle e resistências. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 79-86, 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. O " legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes antropológicos**, v. 19, p. 89-118, 2013.

MAIA, Flavia Neves; FERRAZ, Nicoli Santos; LEME, Fernando Betim Paes. Histórico da representação das favelas cariocas em mapas. **Arquiteturarevista**, v. 14, n. 1, p. 59-72, 2018.

MANCUSO, Franco. **Las experiencias del zoning**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

MANN, Steve; NOLAN, Jason; WELLMAN, Barry. Sousveillance: inventing and using Wearable Computing Devices for Data Collection in Surveillance Environments. *Surveillance and Society*, n. 1, p. 331-355, 2003.

MANO, Apoena Dias; MENEZES, Palloma Valle. Alerta Santa Marta: dispositivos de (contra) vigilância em favelas no Rio de Janeiro. **ANTROPOLÍTICA: Revista contemporânea de antropologia**, v. 52, p. 147-173, 2021.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed, Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, Gizele. De comunicadores comunitários a lideranças políticas nas favelas a partir da pandemia de COVID-19. WikiFavelas. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/De_comunicadores_comunit%C3%A1rios_a_lideran%C3%A7as_pol%C3%ADticas_nas_favelas_a_partir_da_pandemia_de_COVID-19. Acesso em: 12 set. 2024.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos; BARBOSA, André Luiz de Oliveira. Mapas...Por quê? Por quem? Para quem? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 7, n. 1, p. 126-141, 2018.

MASSARANI, Luisa Medeiros; LEAL, Tatiane; WALTZ, Igor; MEDEIROS, Amanda. Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5689, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5689>. Acesso em: 18 out. 2024.

MATTERN, Shannon. **A city is not a computer**: Other urban intelligences. New Jersey: Princeton University Press, 2021.

MATTOS, Rodrigo. Baixa testagem e falta de dados comprometem combate ao corona no Brasil. UOL, Rio de Janeiro, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/09/baixa-testagem-e-falta-de-dados-comprometem-combate-a-corona-no-brasil.htm>. Acesso em: 9 set. 2024.

MATTOS, Romulo Costa. **A “aldeia do mal”**: O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEZES, Palloma Valle; MAGALHÃES, Alexandre Almeida de; SILVA, Caíque Azael Ferreira da. Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 109-128, 2021.

MENEZES, Palloma Valle; MANO, Apoena Dias. Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para ‘cuidar dos nossos’: entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 1-17, 2020.

MORAES, Dênis. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura - Eptic**, v. 9, n. 2, 2007.

MOTA, Polinho; VIEIRA, Gilberto. Geração Cidadã de Dados. **data_labe**. [S. l.: s. d.], Disponível em: <https://datalabe.org/geracao-cidada-de-dados/>. Acesso em: 18 set. 2024.

MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in) quantificável. **Mana**, v. 25, n. 1, p. 72-94, 2019.

NAME, Leo Name; NACIF, Cristina Lontra. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 1018, 2013. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1018.htm>. Acesso em: 24 set. 2024.

Nepomuceno, B. B.; Barbosa, M. S.; Ximenes, V. M.; Cardoso, A. A. V. Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. **Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 74-83, 2017.

NOVAES, Marina. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. **El País**, São Paulo, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. 1. ed. Santo André, SP : Editora Rua do Sabão, 2020.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Os regimes de visibilidade do censo de favelas de 1950 no Rio de Janeiro. **Confins**, n. 59, 2023.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “Os trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História, Políticas e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando especializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 151-174, 2014.

PAINEL Covid-19 na Rocinha. **Fala Roça**. 2020. Disponível em: <https://falaroca.com/painel-coronavirus-rocinha/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PAINEL dos invisíveis. **Maré de Notícias**. 2022. Disponível em: <https://mareonline.com.br/painel-dos-invisiveis/>. Acesso em: 12 set. 2024.

PAPI, L. P; GOMIDE, A. A; LOTTA, G. S. A indispensabilidade do Estado em tempos de crise. **Nexo Jornal**, 14 jul. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/a-indispensabilidade-do-estado-em-tempos-de-crise>. Acesso em: 21 set. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 400 p.

PORTER, Theodore. **Trust in numbers**: The pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: Princeton University Press, 1995.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Cadernos Rio+Social. Caderno Resumo. Instituto Pereira Passos. 2017. https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-04/riosocial_programme_-_summary_report_bilingual.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Painel Rio COVID-19. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; 2020. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4>. Acesso em: 12 set. 2024.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Código de obras de 1937**. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1937. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4868406/4128397/codigo_obras_1937_parte_1.pdf#page=47.00. Acesso em: 02 out. 2024.

PUF - Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. **Comunidades Catalisadoras**. 2022. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>. Acesso em: 18 set. 2024.

PUF - Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. Painel Unificador Covid-19 nas favelas. Um Ano do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas: Conheça Sua História. **Rio On Watch**. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=57088>. Acesso em: 18 set. 2024.

PUF - Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. Painel Unificador Covid-19 nas favelas. **WikiFavelas**. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Painel_Unificador_Covid-19_nas_favelas#cite_note-1. Acesso em: 18 set. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 117-142.

QUINTSLR, S.; BRITTO, A. L.; DIAS, M. Coronavírus: reflexões acerca da pandemia global e sua relação com o direito à água e ao esgotamento sanitário. **Observatório das metrópoles**. 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/apresentacao/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

REDES DA MARÉ (org). **Censo de empreendimentos Maré**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. Disponível em: https://mareonline.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Censo_Empreendimentos_24_julho.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

REDES DA MARÉ. Boletim "De Olho no Corona!" e lançamento do "Painel dos Invisíveis". **Facebook**, 9 jul. 2020c. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=960345517751663>. Acesso em: 13 set. 2024.

REDES DA MARÉ. **Boletim De Olho no Corona! - 22.10.2020**. Rio de Janeiro: Redes da Maré. 2020b. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/10E22-BoletimDeOlho.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

REDES DA MARÉ. **Boletim de Olho no Corona!** Rio de Janeiro: Redes da Maré. 30 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/07E13-BoletimDeOlho.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAl.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

REDES DA MARÉ. **Guia de Ruas Maré 2014**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2014. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Guia_RuasMare2014.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

RELATÓRIO DATA_LABE 2022. **data_labe**. 2023. Disponível em: <https://datalabe.org/relatorio-2022>. Acesso em: 18 set. 2024.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar Nº 16, de 04 de junho de 1992 – Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/LC16M.PDF>. Acesso em: 7 set. 2024.

RIO ON WATCH. Ajude as Favelas na Luta Contra Covid-19. Veja Lista Atualizada das Campanhas Comunitárias. **Rio On Watch**. 2020. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=50317>. Acesso em: 9 set. 2024.

RODRIGUES, Mateus. Após reduzir boletim diário, governo Bolsonaro retira dados acumulados da Covid-19 do site. **G1**, Brasília, DF, 06 jun. 2020a. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2024.

RODRIGUES, Matheus. 'Moradores não têm água e sabão', diz integrante de grupo que faz iniciativas de combate à Covid-19 na Maré. Rio de Janeiro, **G1**. 1 maio 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/01/moradores-nao-tem-agua-e-sabao-diz-integrante-de-grupo-que-faz-iniciativas-de-combate-a-covid-19-na-mare.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2024.

ROLNIK, Raquel. A abolição do termo 'aglomerados subnormais' é passo importante para o rompimento de uma economia política das cidades cimentada na exclusão.

LabCidade. 11 out. 2023. Disponível em:

<https://www.labcidade.fau.usp.br/a-abolicao-do-termo-aglomerados-subnormais-e-passo-importante-para-o-rompimento-de-uma-economia-politica-das-cidades-cimentada-na-exclusao/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

ROSE, Nikolas. **Inventing ourselves: psychology, power and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. **Revista Eco-Pós**, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015.

SABÓIA, Gabriel. Corona chega às favelas; prefeitura do Rio confirma caso na Cidade de Deus. **UOL**, Rio de Janeiro. Saúde. 22 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/22/corona-chega-as-favelas-prefeitura-do-rio-confirma-caso-na-cidade-de-deus.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

SAGMACS, Aspectos Humanos da Favela Carioca. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1960. Suplemento Especial. p. 1-40.

SANCHES, Mariana. 'É muito mais fantasia', diz Bolsonaro sobre crise nos mercados causada por epidemia de coronavírus. **BBC News Brasil**, Miami, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51823908>. Acesso em: 9 set. 2024.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. A cartografia como ferramenta epistêmica e política. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 8-11.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Moço, eu vim por causa do movimento" ou A crença numa cidade democrática neste mundo. In COSTA, Maria de Lourdes Pinto

Machado e SILVA, Maria Laís Pereira da (org.). **Sementes Urbanas 2**. Niterói: EdUFF, 2017b. p. 202-211.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Debate na USP: o urbano no Brasil. In: COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado & SILVA, Maria Laís Pereira da (orgs.). **Sementes Urbanas 3**. Niterói: EdUFF, 2017a. p.28-33.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. **Anais XII Colóquio Geocrítica**. Bogotá, p. 1-16, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.

SILVA, Adriana Rodrigues da; SOUSA, Ana Inês; SANT'ANNA, Clemax Couto. Práticas de cuidado empregadas no tratamento de crianças e adolescentes com infecção latente por tuberculose. **Epidemiologia e Serviço Saúde**, Brasília, v. 23, n. 3, p.547-552, 2014.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje**. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et al. Favelas cariocas ontem e hoje. Garamond, 2012. p.51-63.

SILVA, Osvaldo Dias Lopes da. Estatística no apoio à gestão da (s) incerteza (s). **Correio dos Açores**, p. 13-13, 2018.

SOUTHWICK, Natalie. A Importância e os Desafios de Colocar as Favelas no Mapa. **Rio On Watch**. 24 out. 2016. Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=23070&utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 23 set. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Brasília: Ibict/ : UNESCO, 2009. 260p.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

TAYLOR, Linnet; BROEDERS, Dennis. In the name of development: Power, profit and the datafication of the global south. **Geoforum**, v. 64, p. 229-237, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo social**, v. 18, p. 173-195, 2006.

THUSWOHL, Maurício. Favelas do Rio registram mais mortes por Covid-19 que muitos países. **Carta Capital**. [S.], 01 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/favelas-do-rio-registram-mais-mortes-por-covid-19-que-muitos-paises/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TURCHI, P. **Maps of the Imagination: The Writer as Cartographer**. 1. ed. San Antonio: Trinity University Press, 2004.

VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)**, vol. 14, 2011.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. ARANTES Otilia, VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 5. ed., 2009. p. 75-103.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

VAN DIJCK, José. Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia. **Vigilância & Sociedade**. v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

VAZ, Lilian Fessler. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. In: **XXI International Congress Latin American Studies Association, Social Justice: last experiences and future prospects**. Chicago, États-Unis. 1998. p. 24-26.

VELOSO, Flávia; MARTINS, Gizele. Coronavírus no Dia a Dia das Favelas, Parte 5: Resposta da Maré Frente ao Desafio de Informar. **Rio On Watch**. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=46504>. Acesso em: 12 set. 2024.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista brasileira de ciências sociais**. [S. l.], v. 12, n. 35, p. 29–47, 1997.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.